

4. As Novas “Guerras Justas” ou o Conflito Armado Colombiano na Interseção entre Doméstico e Internacional:

Nesse capítulo, discutimos os contornos contemporâneos da violência na Colômbia. Para nós, essa violência representa um processo contínuo de consolidação da cultura da violência presente desde a construção política da Colômbia. Não pretendemos negar o impacto da bipolaridade da Guerra Fria, da radicalização dos grupos sociais críticos dos partidos tradicionais, da consolidação de uma economia do narcotráfico, da intervenção norte-americana no conflito e da institucionalização do paramilitarismo na intensificação da violência na Colômbia nas últimas décadas. Esses temas são discutidos nas próximas linhas. Contudo, pensamos ser necessário entender esses fatores em relação com as idéias dominantes sobre política, especialmente aquelas que definem os lugares dos “guerreiros justos” e das “almas belas”. Defendemos que as idéias que constituem a violência política na Colômbia não têm origem na década de 1960. Como apresentamos no capítulo anterior, representações de gênero, raça, classe e civilização legitimam um sistema político excludente, que nega a agência política a todos que não se identificam com os valores das elites dirigentes do país. Contudo, a segunda metade do século XX na Colômbia exacerbava a violência entre representações de “guerreiros justos” em competição. Esse movimento coincide com a organização da resistência não violenta das colombianas e dos colombianos. Ou seja, as contradições dos discursos e práticas dos atores armados impulsionam um movimento de contestação da cultura da violência que indica possibilidades alternativas de realização política.

O contexto de constituição do espaço agrário colombiano como o lugar da violência é importante para entender as dinâmicas de reprodução do poder político na segunda metade do século XX. O campo colombiano é o espaço de realização do conflito armado. São as áreas rurais que se constituem como lugares privilegiados do confronto entre forças militares do Estado, grupos guerrilheiros, senhores de terra, grupos paramilitares e narcotraficantes. A construção das fronteiras entre o campo e a cidade permite a legitimação internacional do poder do Estado a partir da localização da subversão da ordem política colombiana na identidade camponesa. No contexto pós *La Violencia*, tais fronteiras são constituídas a partir da internalização dos valores

internacionais constitutivos da Guerra Fria. O componente ideológico da “guerra justa” entre camponeses e classe política colombiana é o alinhamento da Colômbia aos EUA e a implementação da “Doutrina de Segurança Nacional”. De acordo com Buitrago (2002), é no período da Frente Nacional que tem origem, na Colômbia, a doutrina de segurança nacional⁹⁴ anticomunista, que serve como elemento de coesão entre as elites políticas conservadora e liberal, através da construção de um inimigo comum, simultaneamente doméstico e internacional. Tal construção uma vez mais se dá através da assimilação, pelos “arquitetos” da identidade política colombiana (ainda predominantemente homens, descendentes de europeus e intelectuais), dos valores gerados nas experiências européias e norte-americanas. Assim, as elites políticas buscam nos valores liberais anticomunistas a ética de constituição de um Estado repressor, violento e excludente. A co-constituição entre os interesses políticos internacionais, em especial norte-americanos, e os discursos e práticas violentas na Colômbia perpassa a história do país desde sua fundação. Todavia, a bipolaridade da Guerra Fria reforça a relação assimétrica entre as elites locais e a potência internacional, naturalizando o exercício da violência contra a maioria dos colombianos e a dependência da Colômbia dos recursos, valores e interesses externos (Pardo, 1987, p.86).

Nas décadas de 1960 e 1970, o conflito no espaço rural colombiano é interpretado internacionalmente como uma “guerra civil”, no contexto da Guerra Fria, demandando uma resposta de fortalecimento do aparato interno de segurança. A Doutrina de Segurança Nacional, semântica pela qual se dá a cooperação entre o exército norte-americano e os exércitos nacionais da América Latina durante a Guerra Fria, impõe o comprometimento dos governos americanos com a repressão, o combate e o extermínio de qualquer

⁹⁴ Para Buitrago, “la concepción moderna de seguridad nacional fue un producto destacado de la Guerra Fría, que militarizó las relaciones internacionales y afectó a numerosos países del antiguo Tercero Mundo. Surgió de las políticas estadounidenses, como el Acta de Seguridad Nacional – promulgada en 1947 – y la estrategia de contención frente a la Unión Soviética – puesta en práctica a partir de ese mismo año. (...) En Colombia, el desarrollo de la seguridad nacional se dio a la par con el Frente Nacional. Mediante la afirmación del anticomunismo, base ideológica de esta nueva concepción política, el concepto de seguridad nacional desplazó en importancia al de defensa nacional. La seguridad nacional supone una permanente amenaza de fuerzas nacionales e internacionales vinculadas al comunismo, a diferencia de la defensa nacional, cuyo móvil era la tradicional salvaguardia de la soberanía, principalmente frente a los países vecinos. La defensa nacional se convirtió en el medio para garantizar la seguridad, y de esta forma quedó involucrada también en la lucha anticomunista” (2002, p.59).

manifestação que se entenda por comunista nos seus territórios (Buitrago, 2002, p. 61). As elites políticas colombianas que haviam passado por um longo processo de aprendizagem sobre como destruir o inimigo político, generalizando a violência contra toda forma de pensar e agir diferente, internalizam sem dificuldades a nova “cruzada” pela civilização, ordem e segurança da Colômbia: o extermínio de todos que pareçam comunistas. A realização da Doutrina de Segurança Nacional na Colômbia se dá em duas frentes, interdependentes e complementares. A primeira se refere ao treinamento de oficiais militares na chamada “Escola das Américas”⁹⁵ (Wickham-Crowley, 1992, p.77). Nessa base militar, os militares são treinados para utilizarem e ocultarem meios de obtenção de informação, prisão, interrogatório e punição condenados pelo Direito Internacional Humanitário, com os quais a Colômbia está internacionalmente comprometida⁹⁶. Ao voltarem para a Colômbia, os militares treinados repassam os conhecimentos adquiridos aos seus subordinados comprometidos com o controle do avanço dos “comunistas” para que os princípios sejam postos em prática.

A segunda expressão da Doutrina de Segurança Nacional se dá pela quebra do monopólio do uso da força pelo Estado no campo. Através do Decreto 3398/1966 e da Lei 48/1968, que autorizam a organização e o treinamento militar de grupos civis para o combate de “subversivos”, o Estado ratifica a organização de grupos de autodefesa no campo. Ou seja, diante da dificuldade logística do exército nacional em combater as frentes guerrilheiras em algumas localidades isoladas e de difícil acesso, os militares delegam funções de repressão da subversão aos simpatizantes e colaboradores do regime da Frente Nacional (Castro, 2005, p.183).

O sistema agrário, consolidado no século XIX, constitui o centro da crítica do movimento camponês que se radicaliza na segunda metade do século XX. Os debates políticos, especialmente aqueles impulsionados por López

⁹⁵ Organização do Exército dos EUA, atualmente situada na cidade norte-americana de Columbus, que funcionou no Panamá, de 1946 a 1984. A escola formava militares latino-americanos em técnicas de contra-insurgência, guerra psicológica, inteligência militar e táticas de interrogação. Alguns egressos desse centro de treinamento foram condenados por crimes contra a humanidade (<www.lasolidarity.org/Organize/soa-spanish.pdf>, em: 06/01/2008).

⁹⁶ Diferente do que ocorreu em outros Estados latino-americanos, recém saídos de regimes militares ditatoriais, que assumiram a responsabilidade do Estado por desaparecimentos, torturas e execuções, na Colômbia o Estado ainda resiste muito em se assumir como violador dos direitos humanos de colombianos no contexto do conflito armado.

Pumarejo e Jorge Eliécer Gaitán, sobre a violência e a injustiça no campo sedimentaram uma nova racionalidade política fundamentada na necessidade de garantir, por quaisquer meios, a transformação do caráter excludente das relações sociais no campo. Os recorrentes e graves episódios de violência⁹⁷ no campo, o assassinato de Gaitán e a composição entre liberais e conservadores rompem definitivamente a lealdade entre os camponeses organizados e o sistema político colombiano. O mito da proteção dos ignorantes do campo pelos doutores da cidade não mais se sustenta. As fracassadas tentativas de acomodação dos interesses camponeses às políticas liberais, o pacto entre liberais e conservadores e a política do governo de coalizão em rotular todos seus opositores de “subversivos da ordem democrática” fundam uma nova competição entre guerreiros “justos” e “injustos”.

4.1. A “guerra justa” entre Frente Nacional e guerrilhas no campo – o contexto da Guerra Fria como uma possibilidade para garantir o lugar do poder:

Esse é o contexto de construção da identidade violenta das guerrilhas marxistas na Colômbia: fechamento do espaço político doméstico pela Frente Nacional e forte repressão (apoiada ideológica e concretamente pelos EUA) exercida pelo exército e pelos grupos de autodefesa aos movimentos camponeses. Sem dúvida, a memória mais remota (a história política da

⁹⁷ Aqui, refiro-me a episódios como o “Massacre das Bananeiras”, também conhecido como massacre de Santa Marta. Foi um episódio em se que estima terem sido executadas até 2000 pessoas que participavam de uma manifestação contra a empresa americana “United Fruit Company”, em Ciénaga. Os trabalhadores realizavam um movimento de greve, pedindo que fossem pagos salários em espécie e não em cupons de alimentação, que só poderiam ser usados em mercearias que pertenciam à companhia norte-americana. Diante da aproximação entre o governo dos EUA e a liderança conservadora na presente época (1928), o governo colombiano teria enviado um significativo contingente militar ao local com ordem para executar os “subversivos” que ameaçavam os interesses econômicos da empresa norte-americana (embora alguns historiadores e o governo na época contestem essa informação). Esse trágico episódio teria o efeito de acirrar as disputas políticas no Congresso Colombiano, não apenas entre liberais e conservadores, mas entre os próprios conservadores, que condenaram a atitude do General Cortés Vargas (conservador), comandante da ação militar que resultou no massacre. Cortés Vargas, que assumiu no Senado a morte “casual” de 47 pessoas no evento, justificou sua atitude como um ato de defesa nacional (contra uma possível invasão da Colômbia pelos EUA em defesa dos seus interesses econômicos). Esse é o episódio que fará de Jorge Eliécer Gaitán o primeiro, e talvez único político até hoje na história da Colômbia, a ser identificado pelos movimentos populares como seu representante. Em um discurso no Senado Colombiano, Gaitán contestou a versão de Cortés Vargas, dizendo que, para o interesse nacional, mais valia gastar as balas usadas para matar inocentes trabalhadores colombianos contra os soldados americanos invasores (Eastman, 1979, p.262-263).

Colômbia) e a recente (os massacres do período de *La Violencia*) constituem os mitos de fundação da identidade guerreira desses grupos, cujas bases estão na organização das guerrilhas liberais gaitanistas e dos bandoleiros⁹⁸. O evento simbólico que desencadeia a formação das FARC como movimento político é o ataque do exército colombiano à comunidade de Marquetália (Guizado, 2002, p.141). A forte repressão contra o movimento camponês na região é justificada como uma reação em defesa da “soberania nacional” contra a proposta de formação de uma “república independente”, de base comunista.

A estrutura política fechada pela Frente Nacional e a legitimação de um Estado repressor são percebidas no discurso comunista, predominante entre os movimentos sociais da década de 1960, como um reflexo da natureza capitalista e dependente do Estado colombiano. Tal discurso representa a diferença a partir de uma lógica dicotômica e maniqueísta, em que a existência do “outro” (Estado) é construída como incompatível com o ideal de emancipação do *self* (operário/camponês). A representação dicotômica, novamente, torna invisíveis os discursos de poder internos a cada um dos pólos de constituição das relações políticas colombianas, reforçando silêncios e hierarquias não problematizados desde as construções coloniais. Nas palavras das FARC, a releitura do mito da proteção:

In fifteen years, four wars have been unleashed against us. One from 1948, another from 1954, another from 1962 and this one which we have been suffering since 18 May 1964, when the military command officially announced that ‘Operation Marquetalia’ had begun. We have been the first victims of the fury of the *latifundistas*, for this part of Colombia is in the grip of the big landowners, as well as the most backward clericalism, linked with the most obscurantist reaction in the country. This is why our lot has been to suffer in body and in spirit all the bestialities of a corrupt regime based on the *latifundist* monopoly of the land and the production and export of a single crop under United States domination. This is why, in this war, we are fighting against troops, planes, senior officers and American specialists. This is why 16.000 men have been launched against us, equipped with the most modern and destructive weapons. This is why they are using an economic blockade, a siege to the last, land and air attacks, and finally, bacteriological warfare. This is why the government and Yankee imperialism are spending hundreds and thousands of millions of pesos and dollars on arms, equipment, and to pay spies and informers. This is why the government buys and corrupts consciences, kills, persecutes and jails Colombians who rise in the struggle to

⁹⁸ Grupo ideologicamente heterogêneo que se une para reagir violentamente ao regime político colombiano e à organização das relações camponesas. Diferente dos guerrilheiros, os bandoleiros não possuem um projeto político de poder, mas se apresentam como justiceiros de uma sociedade refém da violência, do despotismo e da exploração (Sánchez & Meertens, 2006, p.47)

support us, the victims of a cruel and inhuman war of extermination. We have left no stone unturned in an attempt to prevent an anti-Communist crusade, which is an unpatriotic crusade against our people, from turning into a long and bloody struggle. We are revolutionaries fighting for a change of regime. But we have sought and fought for that change by means of democratic mass struggles, the legal ways indicated by the Colombian constitution. This way was closed violently to us. Since we are revolutionaries who, in one way or another, must play out our historic role, we are forced, in the circumstances outlined above, to seek the other road: the struggle for power by armed revolution⁹⁹ (Gott, 1970, p. 379).

Nas palavras dos guerrilheiros é possível reconhecer a dinâmica pela qual “as almas belas” se convertem em “guerreiros justos”. A primeira estratégia importante é denunciar a falência do contrato tácito de proteção entre o “guerreiro justo” (Estado) e as “almas belas” (nacionais). Isso significa se auto-representar como vítima do aparato de segurança do Estado e dos sujeitos que exercem o poder político. Esse movimento pressupõe a criação de um novo universalismo (capaz de aglutinar experiências sociais diversas) que se oponha ao discurso universal do “inimigo”. O segundo passo da formação do “guerreiro justo” é a construção de sua identidade política a partir da contraposição ideológica ao “inimigo”. A terceira etapa desse processo significa convencer a grupos sociais diversos de que suas experiências cabem todas indistintamente dentro dessa “nova” identidade protetora. Por fim, resta fazer com que essas “almas belas” (que supostamente serão protegidas por esse novo “guerreiro justo”) submetam seus recursos ideológicos, físicos, materiais, culturais e sociais à causa de todos e ao poder de alguns.

Os principais líderes do movimento guerrilheiro, surgido a partir dos enfrentamentos na Marquetália, (Bloco Sul, em 1964; e Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, em 1966) são: Manuel Marulanda Vélez (“Tirofijo”) e Jacobo Arenas (Sánchez, 1990, p.20). O primeiro representa a identidade masculina militarizada, não questionada nos movimentos camponeses. O apelido do líder militar das FARC revela sua distinção por se aproximar da característica concebida como condição da realização da identidade política: a habilidade militar. Ou seja, o poder é representado a partir da capacidade de destruição do inimigo, da destreza com que o *self* promove a violência contra o “outro”. O segundo, por sua vez, representa a liderança

⁹⁹ Programa das guerrilhas de Marquetalia, em julho de 1964, que dão origem às FARC.

intelectual capaz de construir os fundamentos discursivos do projeto político das FARC. Ou seja, materializa o componente racional do discurso masculino da guerra. Culto, com amplo domínio das teorias marxistas e sociais de forma geral, Jacobo Arenas leva adiante um projeto educacional alternativo ao do Estado colombiano, em que ensina os fundamentos da luta revolucionária e molda mentes para sacrificarem seus corpos em nome da construção de um Estado Socialista (Peña, 2003, p.11).

Durante as décadas de 1960 e 1970, a adesão de camponeses e camponesas às FARC ocorre basicamente por afinidade ideológica¹⁰⁰. A memória de exclusão, violência, clientelismo e pobreza constitui a percepção de que a mudança só pode se dar por outra via que não o sistema político tradicional. Tal comprometimento com um sonho coletivo que necessita do sacrifício individual se reflete nas relações que as guerrilhas estabelecem com as comunidades camponesas. A maior parte da população em áreas dominadas pelas FARC é leal à guerrilha e percebe o grupo como uma esperança de transformar as relações agrárias. “Me gustaba además la idea de que lucháramos por crear una sociedad distinta, más justa, sin hambre” (Lara, 2000, p.90)¹⁰¹. Os círculos de estudo marxista e de conscientização comunista se espalham pelo campo e pelas cidades naquelas décadas. As FARC, nesse período, prezam muito pela educação de suas frentes, ensinando filosofia, economia e teorias sociais a todos os seus membros indistintamente. Ou seja, a guerrilha, especialmente na figura do intelectual Jacobo Arenas, reproduz o modelo de dominação das elites crioulas do século XIX: incluir o outro no projeto coletivo de sociedade implica em fazê-lo pensar e se comportar segundo a verdade dos mais conscientes e “iluminados”.

O comprometimento com o poder por parte dos grupos guerrilheiros ajuda a compreender por que, não obstante o partilhado ódio pelo inimigo comum (o Estado capitalista violento e excludente), o projeto revolucionário

¹⁰⁰ De acordo com Leongómez, esse quadro muda a partir do final da década de 1980, quando o projeto das FARC deixa de se apresentar como uma força de resistência e passa a se definir como um projeto militar em busca de poder, medido em recursos materiais e controle de território (1991, p.18).

¹⁰¹ Reproduzindo o testemunho de Liliana López, codinome Olga Lucía Marín, comandante das FARC.

marxista não alcança falar através de uma única voz¹⁰². Na década de 1960, há tentativas de agrupamento entre os diferentes grupos guerrilheiros que se espalham pelas zonas rurais colombianas. Todavia, as tentativas de proferir um discurso comum e de articular uma ação política integrada falham diante das disputas de poder entre as lideranças guerrilheiras (especialmente entre as FARC e a linha mais radical do PCC – Partido Comunista da Colômbia). Assim, o “movimento guerrilheiro” se divide em diferentes bandeiras, que são justificadas por simpatias ideológicas distintas. Os três grupos mais importantes¹⁰³ são: as FARC, o EPL¹⁰⁴ e o ELN. Oficialmente, as FARC seriam o grupo mais próximo das diretrizes soviéticas; o EPL (Exército Popular de Libertação) seria mais afim ao projeto comunista chinês; e o ELN (Exército de Libertação Nacional) constituiria o braço da revolução cubana na Colômbia (Castro, 2005). Essas fronteiras, baseadas em clivagens políticas internacionais, servem ao propósito de tornar as guerrilhas marxistas na Colômbia simpáticas aos diferentes projetos comunistas em expansão no contexto da Guerra Fria (o que facilita as inversões de recursos militares, financeiros e ideológicos). Na prática, a competição por recursos, visibilidade e territórios leva esses grupos a se manterem relutantes em apoiar uns aos outros, apesar do contexto comum de perseguição política pelo Exército Nacional, de fechamento dos mecanismos legais de participação e de intensificação das relações de exploração e violência no campo (Buitrago, 1987, p.85). Ou seja, uma vez mais, a unidade do “guerreiro justo” não resiste ao lugar do poder.

¹⁰² De acordo com Wickham-Crowley, as guerrilhas se representam a partir das experiências camponesas. Todavia, na visão do autor, esses grupos são melhor entendidos como iniciativas de poder que emanam de intelectuais revolucionários através da aliança ideológica com os camponeses (1992, p.26).

¹⁰³ Além das FARC, do EPL, do ELN e do M-19 (de quem falaremos adiante), há outros grupos guerrilheiros de menor expressão que se formaram como dissidência ideológica ou estratégica dos outros grupos. São eles: os Movimentos Armados Quintín Lamé e o Comando Ricardo Franco (dissidentes das FARC).

¹⁰⁴ O EPL nasce a partir de uma divisão do Partido Comunista. Sua agenda também é centrada na reforma agrária e a radicalização de seus meios é justificada pelo fechamento das vias legais de participação política pela Frente Nacional pela perseguição do exército nacional aos comunistas (Castro, 2005, p.117). Como as FARC, O EPL, na década de 1960 e 1970, promove uma estreita relação com as populações camponesas, estabelecendo órgãos de poder popular (Juntas Patrióticas) e relações de produção cooperativas e de trabalho em massa (Castro, 2005, p.120). Também investem em alfabetização e politização das populações camponesas como forma de recrutamento e doutrinação (Castro, 2005, p. 122). Em 1991, durante a constituinte, entrega oficialmente as armas e vários de seus membros passam a integrar o partido “Alianza Democrática M-19”, que se forma com a desmobilização do grupo guerrilheiro M-19 (Castro, 2005, p.126).

O ELN (Exército de Libertação Nacional) é fundado em janeiro de 1965, a partir de estudantes egressos de universidades cubanas, onde haviam recebido, além formação de ideológica, treinamento militar (Castro, 2005, p.134). O grupo é influenciado pelo movimento crítico de padres católicos¹⁰⁵, que fazem simultaneamente resistência ao conservadorismo da Igreja Católica e ao caráter excludente e elitista do sistema político colombiano. Dentre os líderes desse movimento, merece destaque a figura de Camilo Torres, um padre acadêmico que lidera os guerrilheiros do ELN e acaba assassinado em um confronto entre o ELN e o exército colombiano, em 15 de fevereiro de 1966 (Sánchez, 1990, p.26). O assassinato de Camilo Torres é para o ELN o evento simbólico que desencadeia a legitimação da sua identidade violenta. O discurso do ELN, portanto, remete ao sacrifício de um masculino racional e militarizado, o que motiva todos pelos quais ele lutou a empunhar armas contra os seus algozes (Peña, 2003, p.14).

Um dos fundamentos políticos das guerrilhas é a igualdade entre todos os que compõem o território compreendido por Colômbia. Portanto, desde a sua fundação, aqueles a quem a participação política havia sido sistematicamente negada (mulheres, negros, mestiços, indígenas e camponeses analfabetos) são integrados às frentes guerrilheiras, treinados e educados para viverem como iguais (Wickham-Crowley, 1992, p.22). Contudo, dentro da organização militar da guerrilha, essa igualdade esbarra na hierarquia fundada no conhecimento filosófico, militar e na capacidade física. Assim o discurso revolucionário define o lugar de cada um e cada uma no projeto guerrilheiro a partir de símbolos e mitos herdados das experiências colonialistas (Londoño F. & Nieto V., 2006, p.48).

O modelo de identidade política reproduzido pelas guerrilhas não rompe, mas reforça, portanto, a cultura da violência, em seus aspectos de gênero, de raça e de civilização. O absoluto discurso em nome da “verdade” socialista prevê um processo de evolução da sociedade colombiana para o “melhor” dos sistemas políticos, o socialista, concebido como antagonico ao caminho histórico da sociedade colombiana (Peña, 2003, p.25). E para alcançar

¹⁰⁵ Conhecido na América Latina como “Teologia da Libertação”, que propõe uma leitura crítica do cristianismo de modo a reconhecê-lo como fundamento da luta revolucionária, o que acabou levando à expulsão de muitos padres dos quadros da Igreja Católica latino-americana.

essa verdade “profética”, os guerrilheiros convocam os excluídos do sistema político colombiano a unirem-se em armas em nome da revolução que, no discurso guerrilheiro, resolve todas as desigualdades estruturais inerentes à sociedade colombiana (Leongómez, 1991, p.14). Assim, é o capitalismo o inimigo das mulheres, dos camponeses, dos indígenas, dos negros e dos mestiços. Uma vez o capitalismo esteja superado, todas as demais desigualdades estarão automaticamente resolvidas. Dessa forma, os guerrilheiros reforçam a estratégia das elites políticas dirigentes do país: usam os corpos dos que se encontram em condição de vulnerabilidade como instrumento de guerra. Cooptam corpos e mentes para reforçar o seu projeto de poder, não problematizando o polarizado discurso da Guerra Fria, nem tampouco questionando os antagonismos constitutivos da identidade política colombiana (Schlemker & Iturralde, 2006, p.46).

Um exemplo desse processo é a posição das mulheres no discurso guerrilheiro. A guerrilha incorpora em seu discurso a necessidade de transformar o papel tradicional das mulheres, construindo um espaço político de maior igualdade entre homens e mulheres (Londoño F. & Nieto V., 2006, p.51). Dessa forma, defendem que as frentes guerrilheiras, especialmente as FARC, são também espaços de luta das mulheres pela inclusão política. Na prática, promovem a integração das mulheres inclusive na luta armada, identificando o projeto de emancipação feminina com o projeto político das guerrilhas. No seu discurso, ao participar das guerrilhas, as mulheres rompem com os estereótipos de fragilidade, delicadeza e passividade. Os inimigos dessas mulheres são os mesmos dos revolucionários: o Estado conservador e liberal, o imperialismo norte-americano, a pobreza e a marginalização política. As FARC são desde a sua origem o grupo armado que possui mais membros mulheres. Atualmente, estima-se que 40% de seu contingente seja formado por mulheres:

Nas FARC - Exército do Povo, nós mulheres nos sentimos realizadas em nossa condição de lutadoras revolucionárias. Temos alcançado espaço entre os milhares de combatentes. Operárias, camponesas, estudantes, profissionais e intelectuais, das diferentes raças colombianas, aqui têm seu lugar. O futuro da Colômbia e da Nossa América não podem ser o quintal dos fundos dos “gringos”, com a miséria, a indignidade e a violência que isso significa. Nesses quarenta anos de luta das FARC-Exército do Povo, nós mulheres alcançamos progressos fundamentais quanto à participação e igualdade. Homens e mulheres nos comprometemos com as determinações dos organismos de direção e cada qual contribuí com o que sabe, pode e deve fazer. Ombro a ombro com nossos camaradas, seguimos na luta pela segunda

e definitiva independência e pelos direitos específicos das mulheres. Conscientes de que isso só é possível agora nas FARC-EP e na nova sociedade que construiremos com o triunfo da revolução. (Marín, 2003).

A participação das mulheres na violência política na Colômbia não surge a partir das guerrilhas marxistas, como destacamos anteriormente. Elas formam redes de apoio indispensáveis aos grupos armados que lutam nas guerras entre liberais e conservadores, em especial durante *La Violencia*. Suas funções são basicamente aquelas de cuidado: informantes, vigilantes, abastecedoras de comida, cozinheiras e costureiras. Algumas figuras femininas isoladas se tornam combatentes. As mulheres, assim, são personagens indispensáveis para a dinâmica dos conflitos violentos (Sánchez & Meertens, 2006, p.21). Todavia, é com o discurso de igualdade das guerrilhas que as mulheres passam a ser reconhecidas de fato como pares dos homens na guerra colombiana. Essa igualdade, porém, em nenhum momento questiona os modelos de masculinidade que constituem a cultura da violência na Colômbia. Ao contrário, buscam estender a masculinidade militarizada às mulheres, de modo que a violência seja concebida como uma necessidade inescapável da transformação dos papéis de gênero na sociedade colombiana (Meertens, 1995, p.49). Conforme afirma a integrante das FARC acima, as mulheres assim como os homens devem se “comprometer com as determinações” dos dirigentes das guerrilhas (Londoño F. & Nieto V, 2006, p.52). Ou seja, uma vez mais as colombianas e os colombianos são impelidos a seguir os “homens iluminados” que os conduzirão ao ideal de realização de todos. As mulheres, nesse contexto, passam a ser agentes de reprodução da militarização da identidade política (embora sejam também vítimas¹⁰⁶), reforçando uma concepção de poder centrada na masculinidade militarizada:

Lo que sí tenía claro era que la de la guerrilla era una lucha importante. Pero no pensaba en la cuestión militar. Mi tarea era colaborar con la enseñanza. Las armas no me apasionaban. Nunca les había tenido (...) En el Frente Dieciséis había pocas armas. Cuando yo iba a pagar guardia me daban un revólver hechizo, torcido, chiquitico, un 32. La gente decía que no servía para nada. Pero era mi arma. Y aprendí a quererla, a desarmarla, a limpiarla, a

¹⁰⁶ Dados dos organismos internacionais de Direitos Humanos revelam violências diretas sofridas pelas mulheres incorporadas às guerrilhas (exploração sexual, aborto forçado, estupro, principalmente).

cuidar de la munición, a fabricar la forniture donde se guardaba (Lara, 2000, p. 94/104).¹⁰⁷

A inserção das mulheres no ELN obedece a parâmetros similares ao ingresso feminino nas FARC. Embora em menor número do que nas FARC, as mulheres estão presentes nas frentes do ELN, motivadas ideologicamente pelo discurso de igualdade e transformação política. As histórias de mulheres guerrilheiras remontam à frustração de expectativas criadas em torno de uma vida diferente, menos centrada nas experiências e desejos masculinos. Para além da imposição do ser masculino sobre as experiências das mulheres (militarização), as guerrilheiras devem suportar a utilização dos seus corpos em favor da satisfação dos desejos dos guerrilheiros, conformando-se em cumprir as funções tradicionalmente assumidas como femininas e a se submeterem à autoridade masculina:

“Fabio no dormía en hamaca. Llegué a su *pacera*. Era una enramada de palos y de varas armadas sobre ellos. Encima tenía hojas. Parecía una cama. Me pidió que me acostara a su lado. Lo hice. Yo no tenía deseos. Pero temía que si le desobedecía me hiciera un juicio y me condenara por algo que se inventara. Él podía arreglar alguna cosa. Como era el jefe...” (Lara, 2000, p.44).¹⁰⁸

Assim, o discurso guerrilheiro promove uma modificação no papel das mulheres frente à realização da violência. Elas não são mais apenas as que reproduzem e cuidam dos guerreiros (“as almas belas”), mas também as “guerreiras justas”, aquelas que se sacrificam e matam em nome da proteção do sagrado feminino nacional. De fato, várias mulheres identificam o ser guerrilheira como uma oportunidade de emancipação em relação aos valores e práticas tradicionalmente associados ao feminino, em especial ao casamento, à maternidade e ao trabalho doméstico. Dessa forma, ingressam com a expectativa de que a revolução pode se dar também nas relações entre homens e mulheres, gerando novos espaços de realização para as mulheres. Contudo, a maioria dos relatos de mulheres combatentes e ex-combatentes (que constituem a literatura testemunhal sobre as experiências na guerra, que discutiremos melhor nos próximos capítulos) afirma a frustração de perceberem, após o entusiasmo inicial com a igualdade entre homens e mulheres, que na guerrilha os papéis de gênero refletem as desigualdades e discriminações presentes em

¹⁰⁷ Testemunho de Olga Lucía Marín, guerrilheira das FARC.

¹⁰⁸ Testemunho de Dora Margarita, ex-guerrilheira do ELN.

outros espaços sociais colombianos. Ou seja, o discurso guerrilheiro acaba por reforçar a idéia de que a inferioridade das mulheres é natural e insuperável, sendo fonte de resignação:

Es frecuente que las guerrilleras sientan que no pueden opinar de manera distinta al compañero porque hacen quedar mal. En la guerrilla, como en Colombia, hay machismo. Los guerrilleros también se han formado dentro de una sociedad machista. El machismo existe en las FARC. Pero en la Octava Conferencia se estableció que la mujer en la guerrilla es libre y no puede ser discriminada. Tiene los mismos derechos y deberes que el hombre. Es decir, si una mujer quiere impedir que la discriminen, dispone de los instrumentos para conseguirlo. Otra cosa es que ella, como mujer, se atreva a usarlos y que el hombre se lo permita. Es necesario que las mujeres sepan dar la pelea, y si la dan bien, la ganan. En la guerrilla hay cerca de cuarenta por ciento de mujeres. La mujer tiene una buena participación, como ocurre en Colombia. Pero en el país todavía se ve la lucha de la mujer con desprecio, como algo secundario. Es importante lograr que tanto en la guerrilla, como en el país, se eleve el papel de la mujer, se la aprecie más (Lara, 2000, p.114-115).¹⁰⁹

4.2. O dilema da “guerra justa” que não termina – o paramilitarismo ou “guerra suja” contra o poder do “outro”:

A origem dos grupos paramilitares pode ser traçada no período da Guerra Fria, quando grupos de extermínio anticomunista surgem como um braço não oficial dos exércitos regulares e das forças policiais. O Estado, inserido em um contexto de guerra anti-insurgência patrocinada pelos EUA na luta anticomunista, não reprime a formação e o crescimento desses grupos, assumindo os violentos massacres como ações de autodefesa dos proprietários de terra contra a ameaça insurgente. Contudo, a década de consolidação do poder dos paramilitares como grupo armado é a década de 1980, quando a leitura norte-americana do conflito colombiano se amplia para incluir o narcotráfico. Nesse contexto, os produtores de coca que, nesse momento, já estão entre os principais proprietários de terra na Colômbia buscam defender seus interesses. Apóiam a criação de grupos de extermínio, entre eles o MAS (“Muerte a Secuestradores”), cujo objetivo é “limpar” as municipalidades dos “subversivos” (Pécaut, 2006, p.352). Em algumas localidades, os grupos paramilitares agem em articulação com as autoridades políticas locais (Sanford, 2003, p.65). Entre as principais violências praticadas por esses grupos estão: deslocamento forçado, extorsões, violências sexuais e extermínios em massa. São integrados, na sua maioria, por jovens recém saídos do serviço militar, onde

¹⁰⁹ Testemunho de Olga Lucía Marín, comandante das FARC.

aprendem técnicas de guerra e recebem doutrinação para odiar os guerrilheiros (Sanford, 2003, p. 64).

El paramilitarismo en el país no nació con las AUC ni se limita a su aparato armado. Forma parte de una vieja tradición de las elites nacionales de acallar a sus opositores mediante el uso de la fuerza, como ocurrió con los ‘pájaros’ de los años de la Violencia, para no ir más atrás. Tiene sostenes doctrinarios con raíces en la Guerra Fría. Su historia más reciente está intrínsecamente ligada a la del narcotráfico. Cuenta también con importantes apoyos sociales, económicos y políticos. Pero sin duda el principal carácter diferenciador del paramilitarismo es su relación con el Estado. Para unos, el paramilitarismo es una política de terrorismo de Estado. Para unos, el paramilitarismo es una política de terrorismo de Estado, mientras que para otros se trata de una respuesta a los abusos de la guerrilla de ciudadanos desamparados por la ausencia del Estado: curiosamente, tanto para unos como para otros, la responsabilidad del Estado es central, por acción o por omisión (García-Peña J., 2005, p.59).

As violências paramilitares reforçam a identidade do Estado colombiano como “inimigo” das guerrilhas. O que se passa nas áreas rurais é uma declarada guerra entre guerrilheiros e paramilitares pelo controle de territórios e recursos, em que todos os meios violentos são usados de forma cotidiana contra a população desarmada (Posada, 1991, p.43). Na década de 1980, com o avanço do paramilitarismo¹¹⁰, a cultura da violência atinge novamente um momento crítico em que as identidades se encontram polarizadas de modo que todos os meios de resistência à lógica de guerra são absorvidos pelo confronto violento entre “guerreiros justos”. Quem não se identifica e não colabora com os paramilitares é assumido como “subversivo”, tornando-se alvo direto da violência “anti-revolucionária”. Do mesmo modo, quem não está com a guerrilha é visto como “inimigo” da causa revolucionária e, portanto, passível de sofrer múltiplas violências. Os meios utilizados pelos grupos em conflito são basicamente os mesmos¹¹¹. Todavia, vale ressaltar que o fortalecimento militar e econômico dos paramilitares, na década de 1980, é favorecido pelos canais “institucionalizados” de apoio político, principalmente no controle de pequenos

¹¹⁰ Pela aliança com os narcotraficantes e a resposta dos setores políticos e militares descontentes com o processo de paz proposto por Belisario Betancur, que concedia anistia a guerrilheiros desmobilizados. Nesse período, incursões conjuntas do Exército Nacional e dos grupos paramilitares ocorreram na região de Magdalena Médio e serviram para reforçar a desconfiança no processo de paz proposto pelo governo (García-Peña J., 2005, p.60).

¹¹¹ “La consolidación de sus economías de guerra se levantaron sobre las prácticas del narcotráfico, el secuestro, la extorsión, el robo de combustible, la apropiación de recursos oficiales – especialmente de carácter municipal y departamental -, la expropiación de tierra y la generación de economías agroindustriales mediadas por el testaferrato, entre otros mecanismos de financiación que comprometen las economías regulares, las industrias regionales e incluso la presencia transnacional en la explotación recursos estratégicos” (Medina G., 2005, p.78).

municípios agrários. Os grupos paramilitares apoiavam os candidatos simpáticos à anti-subversão e perseguiram violentamente os que criticavam sua política de limpeza (Medina G., 2005, p.81). Assim, o poder político de fato em algumas regiões rurais é exercido pelos paramilitares com o apoio dos centros de poder das cidades. Todos que discordam das visões e práticas políticas dos paramilitares são vistos como ameaças aos interesses das lideranças do grupo, tornando-se alvo das violências anti-subversivas. É esse contexto que explica o processo de deslocamento de milhares de pessoas das áreas rurais em conflito para os centros urbanos pela ilusão de que a cidade é o “espaço de proteção”¹¹². As recíprocas e cada vez mais crescentes violências reduzem as relações sociais no campo (e a partir da década de 1990 também nas cidades) ao estado de guerra permanente, justificadas por narrativas de ódio e vingança.

A partir da década de 1990, com a crescente visibilidade internacional do conflito armado e com a pressão dos grupos de direitos humanos colombianos, inúmeras organizações denunciam a situação em que vivem as populações camponesas na Colômbia como uma tragédia humanitária¹¹³. Nesse contexto, tendo em vista as pressões internacionais e internas, o Estado colombiano reconhece omissões passadas e condena as ações paramilitares (Schlenker & Iturralde, 2006, p.37). Diante do não apoio estatal (ao menos oficial), os paramilitares vêm a necessidade de construir uma identidade política que justifique os recorrentes massacres (Schlenker & Iturralde, 2006, p.44). Ou seja, pretendem descolar sua identidade de “guerreiro justo” do Estado colombiano. Nesse processo, sob a liderança de Carlos Castaño¹¹⁴, tentam politizar sua identidade através da criação das Autodefesas Unidas de Colômbia (AUC), em 1997.

O envolvimento do Estado colombiano no fortalecimento militar dos paramilitares é um dos principais entraves ao estabelecimento da confiança entre guerrilhas e Estado em um processo de reconciliação. As “CONVIVIR”¹¹⁵

¹¹² Estima-se que algo em torno de 10% da população mundial deslocada (aproximadamente dois milhões de pessoas) esteja na Colômbia (Segura, 2001, p.84).

¹¹³ Anistia Internacional, Human Rights Watch, ONGs e o próprio Departamento de Estado dos Estados Unidos (Medina G., 2001, p. 39).

¹¹⁴ Principal líder paramilitar, Carlos Castaño, que estava desaparecido desde 2004, foi confirmado morto após reconhecimento do corpo em setembro de 2006. As suspeitas recaem sobre seu próprio irmão, também líder de um bloco das AUC.

¹¹⁵ Cooperativas rurais de segurança privada (autodefesas), legalizadas durante o governo de César Gaviria, pelo Decreto Lei 356 de 1994, que concedia o direito ao porte de armas a

(exemplos do que se conhece como “parapolítica”) são vistas como um processo de legalização dos grupos de extermínio (Romero, 2002, p.68). Com o aval do Estado (que reconhece a perda do monopólio do uso legítimo da força), nos termos das fronteiras entre o campo (anárquico) e a cidade (protegida), a privatização das respostas de segurança no campo torna ainda mais diluída a fronteira entre combatentes e não combatentes (García-Peña J., 2005, p.61). O recente projeto de desmobilização dos paramilitares, no marco da “Lei de Justiça e Paz”¹¹⁶ (que prevê a anistia de alguns membros do grupo), é mais um complicador no processo de construção da paz. As organizações de direitos humanos criticam o projeto por não reconhecer os direitos das vítimas das violências paramilitares à reparação e por incentivar a impunidade em relação a violações de direitos humanos. Por outro lado, alguns órgãos de imprensa e setores da sociedade civil têm denunciado a farsa do processo, identificando na desmobilização parcial uma estratégia de legitimação política dos paramilitares¹¹⁷.

A ação repressiva e violenta do Estado deve reforçar a legitimidade das violências guerrilheiras, paramilitares e intensificar a vulnerabilidade das populações camponesas. Além das violências diretas usadas contra a população civil no seu confronto com as guerrilhas, o Estado, atualmente, abstém-se de colocar em discussão as causas estruturais do conflito, não se comprometendo com práticas que visem uma efetiva reforma agrária e investimentos em infraestrutura educacional e de saúde nas áreas rurais, tornando os jovens dessas áreas vulneráveis às relações de exploração no trabalho rural e à adesão aos grupos armados que disputam o poder nesses territórios. Para assegurar o respaldo internacional às suas políticas de “segurança”, o Estado vem historicamente reproduzindo discursiva e praticamente as fronteiras entre a

cidadãos que se declaravam apoiadores da força pública contra-insurgente. Foi extinta em 1997, por uma declaração de inconstitucionalidade da justiça colombiana. Entretanto, sua relevância simbólica permanece muito importante, tendo em vista que um de seus maiores defensores foi o atual presidente da Colômbia Álvaro Uribe, que no período da legalização era governador do departamento de Antioquia. Em recente declaração, Uribe assumiu ter apoiado a organização de pelo menos 70 CONVIVIR no período em que era governador de Antioquia. Tal fato reforça ainda mais a percepção de Uribe como um inimigo das guerrilhas e apoiador dos paramilitares.

¹¹⁶ Lei 975 de 2005, que estabelece as regras para a desmobilização de grupos armados, coletiva e individualmente.

¹¹⁷ Pelo tipo de armamento entregue; pela continuidade da violência nas regiões de influência paramilitar; pelo pouco compromisso político dos desmobilizados - que afirmam, na maioria das vezes, ter se desmobilizado para gozar dos benefícios pecuniários e penais; pela não consideração das vítimas no processo (Cubides, 2006, p.64).

Colômbia apresentada como moderna e democrática nas cidades e a Colômbia feudal e violenta do campo. Essas fronteiras e o sonho da “cidade protegida” levam muitos colombianos e colombianas a abandonarem seus territórios (culturais, físicos e sociais) no caminho da segurança urbana. Todavia, um olhar mais atento às dinâmicas sociais nas cidades colombianas nos ajuda a compreender como a construção de fronteiras sociais é fundamental para a perpetuação dos mitos da proteção e do poder, reprodutores da violência política na Colômbia.

4.3. A resistência política não violenta no campo – a desconstrução da uniformidade do *self* camponês:

No exercício de questionar as fronteiras constitutivas do pensamento político colombiano, um dos movimentos importantes é a resistência à identificação das relações sociais no campo como inerentemente violentas. A representação da identidade camponesa é um elemento central na construção pelos atores armados dos antagonismos que justificam o exercício da violência nos espaços rurais colombianos. Estado, paramilitares e guerrilhas representam os camponeses de forma a instrumentalizá-los em seus projetos políticos violentos, negando a complexidade e a diversidade do que se pretende representar por um conceito único de “camponês”. Tais representações não são neutras, mas constitutivas das respostas políticas que afetam as possibilidades de realização social, econômica e política das populações rurais.

As “almas belas” camponesas não são lidas como sujeitos políticos capazes de construir seu espaço econômico a partir de suas necessidades e de seus conhecimentos. A violência intervencionista do governo colombiano leva outras violências, impondo uma leitura dicotômica do ser camponês (“subversivos” da ordem social ou “vítimas” do sistema agrário). Um importante movimento de construção da identidade camponesa alternativa à luta revolucionária é a ANUC (Associação Nacional de Usuários Campesinos), criada na década de 1960. A criação da ANUC faz parte de um projeto do governo liberal, durante a Frente Nacional, de criar um espaço em que os camponeses pudessem pressionar para implementar pontos importantes das leis de reforma agrária diante da resistência dos setores conservadores do governo. Do mesmo modo, a organização dos camponeses permite ao governo liberal

ensaiar uma estratégia diferente de contenção do avanço das guerrilhas no campo e da imigração para as cidades (Rudqvist, 1983, p.1).

A utilização da ANUC pelos liberais no confronto político com os conservadores, a não implementação das leis de reforma agrária e as políticas de “modernização” do campo na década de 1970 levam o movimento camponês a romper os canais de diálogo com o governo, radicalizando sua plataforma política (Rudqvist, 1983, p.9). A radicalização do movimento tem conseqüências na organização interna da ANUC, gerando conflitos sobre as prioridades do movimento. Em especial, opõem-se os interesses dos pequenos e médios proprietários (que pedem crédito, mercado e infra-estrutura) e os dos camponeses sem terra (centrados na luta pela recuperação da terra) (Rudqvist, 1983, p.12). Um outro complicador da unidade do movimento se dá quanto à necessidade de organizar-se como um partido político, em meio a acusações contra as lideranças da ANUC no que diz respeito às redes clientelistas estabelecidas dentro do movimento (Rudqvist, 1983, p.30).

Las luchas de la ANUC, en cambio, ya no estaban circunscritas al ámbito de las casi feudales relaciones de producción de las haciendas y se planteaban reivindicaciones no sólo frente la clase terrateniente, sino frente al Estado, en términos mucho más directos apelando a conceptos abstractos de equidad, justicia y democracia. Sin embargo, en lo más profundo de sus aspiraciones, los participantes en ambos movimientos suscribían un mismo principio, que sólo en los años setenta sería convertido en lema abierto: la tierra para quien la trabaja (Meertens, 2000, p.242-243).

A identidade camponesa representada na ANUC não é neutra, mas reflete hierarquias de raça e gênero, que somente podem ser questionadas quando se apresentam as especificidades dos vários grupos que compõem a organização camponesa. Um exemplo de ação que ajuda a romper com as estruturas de gênero reprodutoras da cultura da violência é o movimento de mulheres camponesas. Predominam nos discursos dominantes da ANUC uma leitura de passividade e subsidiariedade das mulheres em relação às lutas no campo. Tal leitura as torna vítimas indiretas, dentro do grupo familiar, do qual emana uma presumida liderança masculina. Ou seja, as mulheres são percebidas como auxiliares dos papéis de “provedor” e “produtor” desempenhados pelo masculino camponês. As conseqüências dessa visão polarizada das identidades de gênero são: a invisibilização do trabalho produtivo feminino e uma política

discriminatória em relação à redistribuição de terras expropriadas para reforma agrária:

La vinculación laboral de las mujeres campesinas se concentraba en el trabajo estacional y en labores intensivas de mano de obra (las cosechas de algodón y de café, especialmente). Además, las mujeres solían recibir salarios más bajos que los hombres y trabajaban frecuentemente en condición de jefes de hogar. Las inequidades en las condiciones de vida entre hombres y mujeres dentro de las familias campesinas han sido corroboradas por otros estudios que demuestran que las jornadas laborales de las mujeres del campo eran significativamente más largas que las del hombre y que los hogares con jefatura femenina presentaban generalmente condiciones más precarias que aquellos con jefatura masculina (Meertens, 2000, p.303).

A organização das mulheres camponesas remonta ao início das lutas sociais no campo, mas é sempre silenciada nas plataformas dominantes do movimento camponês. São exemplos de ações protagonizadas pelas mulheres nos espaços rurais colombianos na primeira metade do século XX: “Manifesto sobre os Direitos da Mulher Indígena na Colômbia”, a “União de Mulheres Democratas” (ligadas ao PCC) e as “Legiões de Maria” (ligadas à Igreja Católica) (Díaz Suasa, 2002, p.9). Dentro da ANUC, as mulheres organizam um grupo de gênero, cujo objetivo é denunciar o caráter discriminatório do discurso centrado no masculino camponês, bem como chamar a atenção para questões específicas enfrentadas pelas mulheres nas áreas rurais (Díaz Suasa, 2002, p.17). O movimento é abafado pelos rumos políticos da ANUC e culminam com a criação da ANMUCIC (Associação de Mulheres Campesinas e Indígenas da Colômbia), em 1984.

Si bien la ‘Secretaría Femenina’ de la ANUC, creada ante la presión de 900 mujeres campesinas reunidas en el Cuarto Congreso Campesino en 1977, fue la primera Secretaría de esa índole entre las organizaciones campesinas de América Latina, ésta solía expresar la problemática femenina en términos de su rol materno y supeditar sus reivindicaciones propias a la lucha de clases (...) En Colombia tomaría más de una década y requeriría el crecimiento fuerte y independiente de organizaciones campesinas femeninas como la ANMUCIC, y de líderes mujeres en las organizaciones campesinas mixtas, para que se abordara esta contradicción entre lo público y lo privado en la lucha por, y el reconocimiento de, los derechos a la tierra (Meertens, 2001, p.94-95).

O movimento iniciado pelas mulheres na ANMUCIC tem se tornado mais forte e mais preparado para enfrentar os debates em torno das soluções para lidar com a violência no espaço rural colombiano. Produções acadêmicas sobre a questão da propriedade rural na Colômbia a partir de um enfoque de gênero têm contribuído bastante para a orientação da incidência feminista nas

políticas públicas para o campo¹¹⁸. Um grupo de mulheres camponesas participa dos trabalhos da Assembléia Constituinte de 1991, destacando os processos de feminização da pobreza, desemprego feminino rural, dupla jornada de trabalho não visibilizada e o acesso deficitário a estruturas de saúde e educação. Todavia, as mudanças ainda chegam a passos muito lentos devido a um discurso reproduzido por todos os grupos políticos que atuam no campo: as demandas das mulheres frente ao contexto geral de violência, exclusão e abandono do campo são secundárias. Dessa forma, a luta das mulheres camponesas, além de se centrar na necessidade de proteção contra as violências do conflito armado que se intensifica no campo, deve denunciar a continuada invisibilização das discriminações de gênero presentes no que se define como identidade camponesa. Atualmente, a agenda do movimento de mulheres camponesas, discutida no “Encontro Nacional de Mulheres Camponesas”, realizado em julho de 2002, inclui como áreas críticas para incidência política: o acesso à terra e à propriedade pelas mulheres rurais; a soberania alimentar; a valorização do trabalho doméstico, produtivo e reprodutivo; o acesso a programas de educação em direitos sexuais e reprodutivos; a participação política das mulheres nos espaços de decisão sobre políticas no campo; a superação de todas as formas de violência – intrafamiliar, econômica, social e política – a que estão expostas; a formulação de políticas específicas de proteção das mulheres, especialmente as líderes políticas, contra os grupos de autodefesa; o reconhecimento internacional do deslocamento forçado como um crime contra a humanidade (Díaz Suasa, 2002, p.47-48).

4.4. A “guerra justa” nas cidades – a ANAPO, o M-19 e as tentativas de participação política legal dos grupos guerrilheiros:

Conforme discutimos anteriormente, a constituição das fronteiras entre o campo (violento e anárquico) e a cidade (democrática e segura) é um dos principais elementos de legitimação do poder político colombiano. O *Bogotazo*, nesse sentido, desestabiliza o mito da “cidade protegida”. Apesar das composições entre as elites políticas e da forte repressão que se segue ao evento,

¹¹⁸ “Género, propiedad y empoderamiento: tierra, estado y mercado en America Latina”, de Carmem Diana Deere e Magdalena Leon; “Mujer y capitalismo agrario en Colombia”, de Magdalena Leon, por exemplo.

a restituição da “ordem” urbana não conseguiria restabelecer a confiança dos colombianos na capacidade do Estado de controlar a violência. Embora o governo de Rojas Pinilla e as operações militares do período da Frente Nacional tenham alcançado empurrar os movimentos mais radicais para o campo, a quebra do pacto de proteção continua a ecoar nas cidades. A memória da violência extrema e dos abusos cometidos pelo Estado na contenção da insurgência alimenta a semente de “guerra justa” do povo contra o governo elitista. Os focos comunistas nas cidades são também violentamente reprimidos, o que favorece a organização de movimentos de resistência à Frente Nacional, em especial nos meios estudantis e sindicais, que proclamam a necessidade de mudar, se preciso pela força, o cenário político colombiano.

Rojas Pinilla, o general deposto pela Frente Nacional, não se conforma com seu afastamento do espaço político colombiano e cria um projeto político alternativo à Frente Nacional, a ANAPO (Aliança Nacional Popular), cuja proposta populista de oposição à Frente Nacional aproxima os movimentos sociais em ebulição nas cidades. Os anos de 1960 e 1970 representam o auge das manifestações estudantis e sindicais contra o regime político estabelecido (Buitrago, 1987, p.82). Rojas Pinilla, embora fosse visto com ressalvas pela sua aproximação com os setores militares e por sua perseguição aos comunistas (que continuam a vê-lo com distanciamento), aglutina um projeto de oposição à Frente Nacional a partir da promessa de ruptura com o monopólio dos partidos tradicionais. As disputas internas dentro dos partidos conservador e liberal abrem a possibilidade de participação de Rojas Pinilla no pleito eleitoral de 1970, eleições que rompem definitivamente o pacto entre liberais e conservadores na alternância no poder (Pécaut, 2006, p.99).

O resultado das eleições de 1970, oficialmente divulgado, aponta a vitória do candidato da Frente Nacional, Misael Pastrana, por uma mínima vantagem de 63.000 votos, após diversas recontagens e atrasos na divulgação dos resultados (Pécaut, 2006, p.107). O processo eleitoral de 19 de abril de 1970 (lido pela ANAPO e pelos movimentos sociais como uma fraude para manter o poder) marca uma nova crise na legitimidade dos partidos tradicionais e uma escalada da violência contra a manipulação do espaço político colombiano. Nesse processo de desconfiança nos meios legais de aceder ao poder, setores mais radicais dentro da ANAPO abandonam o espaço político legal e declaram

lealdade à luta armada, fundando o Movimento 19 de Abril (M-19). Os fundamentos da “guerra justa” do M-19 são a exclusão política e o bipartidarismo (Castro, 2005, p.127).

O M-19, diferente das demais guerrilhas¹¹⁹, elege a cidade como território de luta e articula atos de grande valor simbólico (o roubo da espada de Simón Bolívar e a ocupação de embaixadas e do Palácio de Justiça). Por isso, ganham grande notoriedade apesar do seu menor poderio bélico relativo às demais guerrilhas. O grupo divulga suas ações nos meios de comunicação e, no início, é visto com deboche pelas elites políticas. Essa imagem se transforma por ocasião da execução de um líder sindical, José Raquel Mercado, em 1976, a quem o M-19 acusa de traidor da classe trabalhadora (Pécaut, 2006, p.272). A partir daí, o governo colombiano, principalmente o de Julio César Turbay, passa a perseguir os supostos membros do M-19, fazendo dessa guerrilha o alvo direto do “Estatuto de Segurança Nacional” e suas arbitrárias medidas.

En 1978 subió Julio César Turbay Ayala a la presidencia de la República. Con él se inauguró un periodo de terror de Estado, mucho más agudo que antes (...) En la lucha contrainsurgente se profundizaron medidas que habían sido tomadas ya desde López Michelsen, y que bajo Turbay se redondearon y vinieron a tomar la forma del inicuo Estatuto de Seguridad, según el cual se aumentaban las penas para los delitos políticos, se penalizaban actividades que antes no lo estaban, se delegaban nuevas atribuciones a los mandos medios y bajos del aparato militar sobre la población civil. Es decir que el aparato legal y el judicial se volvieron más autoritarios, menos permisivos y la ilegalidad de los miles de torturas y desapariciones se volvieron rutina en los métodos de investigación, allanamientos e interrogación por parte de la Fuerza Pública (Castro, 2005, p.129).

O M-19 reage, tornando-se mais violento e tentando chamar atenção pública para os abusos e excessos do exército colombiano no controle da insurgência política. Chega a década de 1980 e com ela o sentimento de que alguma coisa tinha que mudar no confronto entre “guerreiros justos”. A eleição de Belisario Betancur representa uma tentativa de mudar o cenário de terror de Estado implementado por Turbay. Respondendo a pressões internas e externas, as principais medidas de Betancur são a suspensão do “Estatuto de Segurança” e

¹¹⁹ É importante destacar a interdependência entre as bases ideológicas dos movimentos guerrilheiros nas cidades e aquelas das guerrilhas camponesas. Dos grupos de estudo marxistas (em especial da conhecida JUCO – Juventude Comunista) formados nas cidades saíram muitas lideranças ideológicas das guerrilhas camponesas. Do mesmo modo, muitos dos líderes militares das guerrilhas urbanas receberam treinamento no “monte” para implementarem estratégias de guerra nas cidades. Assim, as duas Colômbias, a educada (masculino racional) e a violenta (masculino militarizado) dialogam na construção da “guerra justa” guerrilheira.

a concessão de anistia aos guerrilheiros que se desarmassem (Pécaut, 2006, p.305). O M-19 exalta a suspensão do “Estatuto de Segurança” e a concessão da anistia, mas se posiciona criticamente em relação à ausência de mecanismos de superação das desigualdades estruturais, que são o fundamento das lutas guerrilheiras, no processo de paz (Pécaut, 2006, p.322). Na mesma linha, posicionam-se o ELN e o EPL, denunciando ainda que, enquanto o Estado propõe oficialmente o processo de paz, os paramilitares avançam no campo e comprometem a vida das populações camponesas colombianas. Dessa forma, a maior parte dos grupos guerrilheiros não se desarma e não legitima o processo de paz, com exceção das FARC. O comando das FARC, através de Manuel Marulanda e Jacobo Arenas, firma um acordo de cessar fogo com o governo Betancur, em março de 1984 (Pécaut, 2006, p.325). Como resultado do processo de paz, alguns dirigentes das FARC fundam um partido político de esquerda, a União Patriótica (que aglutina além de membros das FARC, integrantes de outras guerrilhas e militantes de esquerda), em 1985, que alcança eleger alguns parlamentares nas eleições de 1986. O crescimento político da União Patriótica leva a uma política não oficial de extermínio contra lideranças de esquerda por paramilitares, que é conhecida na Colômbia como “guerra suja” (Castro, 2005, p.104)¹²⁰. “Las cifras son elocuentes: a fines de 1986, la UP ha sido víctima de 300 asesinatos, entre los cuales figuran un senador, un representante, un diputado, veinte concejales y algunos dirigentes prestigiosos” (Pécaut, 2006, p.333). Essas violências renovam o compromisso das FARC com a luta violenta, que passa a representar o extermínio da União Patriótica como mais um evento que simboliza a disposição do sistema político colombiano em lidar com a diferença a partir de mecanismos destrutivos. Ou seja, uma vez mais as FARC se auto-representam como vítimas e justificam a intensificação da violência e da militarização contra os seus algozes.

¹²⁰ Referência ao crescente caráter de brutalidade dos ataques contra militantes de esquerda e população civil, em zonas de conflito, não assumido pelo governo colombiano. “En ciertas zonas, los enfrentamientos recuerdan los peores aspectos de la violencia de los cincuenta. Este es sobre todo el caso del Magdalena Medio. Todo se conjuga para suscitar una situación explosiva: adquisición de tierras por los traficantes de drogas en busca de formas de inversión, multiplicación de las milicias privadas y paramilitares, confrontaciones políticas entre liberales y conservadores, intensificación de la presencia de las FARC, rastillajes del ejército que producen numerosos muertos, secuestros, desapariciones, éxodos forzados hacia las ciudades” (Pécaut, 2006, p.331).

O M-19 permanece resistente ao diálogo com o governo colombiano durante a década de 1980. Apenas no final da década, o grupo se aproxima do governo no processo constituinte que resulta na Constituição de 1991, do qual participam os movimentos sociais e os grupos guerrilheiros aglutinados na “Coordinadora Nacional Guerrillera Simon Bolívar”¹²¹ (Tobón, 1990, p.46). A partir desse processo, o grupo se desmobiliza e funda o partido político “Alianza Democrática M-19”. Várias lideranças do M-19 se reintegram à vida civil e política do país com destaque, inclusive algumas mulheres como Vera Grabe e María Eugenia Vásquez. Todavia, o principal líder do M-19, Carlos Pizarro (candidato à presidência em 1990), é assassinado pouco antes das eleições, renovando a desconfiança dos grupos guerrilheiros na capacidade de participação política dentro do sistema político colombiano legal.

4.5. A “cidade protegida” - violências e silêncios nos espaços de “paz” da “guerra justa” colombiana :

Desde a década de 1950, as grande cidades da Colômbia tornam-se centro de concentração populacional proveniente do campo em conflito. Nesse contexto, formam-se bairros pobres na periferia das grandes cidades (Cali, Bogotá e Medellín especialmente). A partir da década de 1970, algum investimento público é feito nesses bairros, pelo temor de que essas zonas abandonadas se tornem reduto dos grupos guerrilheiros na cidade (Castaño, 2006, p.21). O projeto de “modernização” das cidades, nesse período, tem um patrocinador: os cartéis de droga. O negócio da coca, cada vez mais próspero pela expansão do mercado e valorização do produto no lugar de destino (EUA, principalmente), é fundamental para o modelo de crescimento rápido e ostentador que leva cidades como Medellín a serem representadas como símbolos da modernização colombiana. As cidades se tornam espaços atrativos para indústrias de vários setores¹²², que se aproveitam da abundância de mão de obra barata oriunda dos bairros que se formam pelo êxodo das famílias camponesas, deslocadas da guerra no campo (Agier, 2001, p.96).

¹²¹ Espaço de articulação entre os grupos guerrilheiros (FARC, ELN, EPL, M-19 e Quintín Lame), que existiu entre 1987 e 1990.

¹²² Alimentos, bebidas, têxteis, frigoríficas, vestuário e calçado.

O pouco investimento estatal nas áreas periféricas da cidade faz com que a nova geração nascida nos bairros perceba poucas chances de reverter sua condição de pobreza e de abandono. É essa a conjuntura que torna os bairros das grandes cidades um ambiente propício ao desenvolvimento das forças armadas a serviço do narcotráfico. De início, o Estado convive com os lucros do tráfico na movimentação da economia. O dinheiro do tráfico, desde finais da década de 1970, patrocina a realização de eventos e a construção de condomínios, hotéis, centros comerciais e estádios esportivos (Castaño, 2006, p.25). Tal prosperidade faz com que a origem criminosa do dinheiro seja minimizada diante das “benfeitorias” que o narco-capital gera para o crescimento da economia das cidades. O abundante dinheiro proveniente dos negócios da droga é “lavado” em setores da economia formal como investimentos necessários ao desenvolvimento das cidades e à geração de novos empregos, em especial na construção civil. Não tarda para que as cidades se tornem espaços de atração para novas ondas de colombianos e colombianas vindos do campo, onde a violência do conflito armado se intensifica¹²³. Uma terra de oportunidades para quem não vê perspectivas no declínio da economia do café e no prolongamento do conflito armado.

A situação começa a se modificar quando em meados da década de 1980 os EUA apontam o narcotráfico como uma ameaça à segurança regional, exigindo uma resposta internacional repressiva. A principal e mais controversa medida (que constitui o estopim para mais um momento de intensas violências na Colômbia) é a que autoriza a extradição dos narcotraficantes para serem julgados nos EUA, através de um tratado firmado e internalizado durante o governo de Julio César Turbay. É, entretanto, o Presidente Betancur que dá início à primeira onda de extradições às quais os traficantes respondem com medidas de extrema violência (García Márquez, 1997). Diante da possibilidade de serem extraditados para os EUA, os narcotraficantes declaram guerra ao governo colombiano e tentam se politizar, autodenominando-se “os Extraditáveis” (García Márquez, 1997, p.28). Uma vez mais a estratégia de se auto-representarem como vítimas do Estado autoriza os “guerreiros justos” a exercerem violência contra todos que lhes pareçam “injustos”. Pablo Escobar,

¹²³ Aqui me refiro ao período de consolidação do paramilitarismo na década de 1980.

líder do cartel de Medellín, afirma “preferir uma tumba na Colômbia que uma cela nos EUA”, tentando construir para os narcotraficantes uma imagem de perseguidos políticos (García Márquez, 1997, p.28). Escobar pretende sustentar a imagem de “guerreiro justo” que idealiza o sacrifício de sua vida pela proteção da “alma bela” (sua identidade nacional). Os traficantes iniciam, desde então, uma onda de atentados e seqüestros de políticos e pessoas com alguma ligação a eles (em geral mulheres com grau de parentesco com os políticos) como forma de evitar a extradição dos narcotraficantes presos para os EUA. Aqui nos parece importante ressaltar a carga simbólica do seqüestro de uma mulher que não assume pessoalmente a identidade de “guerreira injusta”, mas que representa um instrumento de confrontação da masculinidade do “inimigo”, incapaz de exercer seu papel de guarda/protetor das “suas mulheres”.

Para fazer face à guerra contra o governo colombiano e também contra os cartéis de droga rivais (especialmente o cartel de Cali e os dissidentes do cartel de Medellín), os chefes do narcotráfico ligados a Escobar (*traquetos*) recrutam e treinam jovens dos bairros de Medellín para serem soldados do narcotráfico (*sicários*), defendendo seus interesses diante da intensificação das ofensivas policiais e militares contra os cartéis de droga (Sarmiento, 1991, p.70). Nas escolas de *sicários*, os instrutores (com passagens pelo exército e pela polícia) ensinam aos meninos do bairro técnicas de combate, de tiro e de fabricação de explosivos (Castaño, 2006, p.23). Na descrição de García Márquez, sobre os jovens a serviço dos narcotraficantes, os fundamentos da construção da identidade masculina pela violência:

Ils avaient en commun un fatalisme absolu. Ils savaient qu'ils mourraient jeunes, y étaient résignés, et pour eux seul comptait le moment présent. Comme excuses à leur abominable métier, ils avançaient qu'ils devaient aider leur famille, acheter des vêtements de bonne qualité, rouler en motocyclette et veiller sur le bonheur de leur mère, qu'ils adoraient par-dessus tout et pour qui ils étaient prêts à mourir (García Márquez, 1997, p.68/69).

O processo de desumanização pelo qual passam os *sicários* apenas encontra limites no respeito às suas mães (Castaño, 2006, p.24). A sacralização da figura materna representa a polarização das identidades dominantes de gênero, que sustentam o sistema de guerra nas cidades colombianas: a identidade masculina violenta (“guerreiros justos”), condicionada à dominação pela força das demais formas de identidade social, instrumentalizada no acesso

a armas de fogo, drogas, bens materiais e aos corpos de mulheres jovens; de outro, a identidade feminina passiva (“almas belas”), reduzida à reprodução e à capacidade de “perpetuar” os corpos masculinos que a guerra sacrifica (Sarmiento, 1991, p.14). Através da maternidade, as mulheres adquirem o respeito e a dignidade que lhes são negados em outros contextos. Por sua vez, os homens resgatam a humanidade que lhes é suprimida nas relações violentas sobre as quais constroem sua identidade.

No final da década de 1980, como forma de resistir à aliança paramilitar/narcotraficantes nas cidades, as guerrilhas buscam o espaço urbano como território estratégico. A partir do surgimento dessas milícias, braços urbanos das guerrilhas, o Estado subitamente responde, intensificando a repressão contra as áreas mais pobres da cidade. Ao mesmo tempo, a política repressiva do Estado colombiano, com a ajuda dos grupos paramilitares que já controlam territorialmente vários bairros, põe termo ao cartel de Medellín. Com a morte de Escobar e a destituição do cartel de Medellín, o negócio das drogas tem um novo senhor: Ñato Berna (ou Don Berna). Don Berna¹²⁴, que havia integrado o grupo de Escobar na década de 1980, é um dos principais colaboradores da polícia na guerra contra o cartel de Medellín. Com a consolidação dos negócios da droga, aproxima-se dos paramilitares, especialmente de Carlos Castaño, e é o principal organizador e financiador do grupo paramilitar “Bloque Cacique Nutibara” em Medellín (Cubides, 2006, p.58).

O “Bloque Cacique Nutibara” cresce em poder e busca consolidar seu domínio dos bairros pobres da cidade. A guerrilha, por sua vez, ocupa principalmente a Comuna 13 de Medellín, sob a promessa de desempenhar o papel do omissivo Estado na manutenção da segurança (Sarmiento, 1991, p.76). O controle dos territórios da cidade implica, tanto para guerrilheiros quanto para paramilitares, na extorsão das pessoas da comunidade e na restrição à mobilidade e ao comportamento de todos em nome de uma lealdade fundada na força do dinheiro e das armas (Peña, 1997, p.85). Diante dos efeitos perversos do confronto direto entre guerrilheiros e paramilitares, o Estado escolhe a conveniência de se posicionar no confronto, organizando e executando uma

¹²⁴ Atualmente preso como desmobilizado, no marco da “Lei de Justiça e Paz”.

operação militar, idealizada pelo paramilitar Fabio Orión (um dos líderes do “Bloque Cacique Nutibara”), para expulsar as milícias guerrilheiras da Comuna 13. A “operação Orión” consiste em uma intervenção militar violenta, desconsiderando a população civil que ali se encontra refém do confronto entre milicianos e Estado/paramilitares. A ocupação resulta na retomada do controle da Comuna 13 pelo “Bloque Cacique Nutibara”¹²⁵ e no silêncio sobre os efeitos da operação na vida das pessoas do bairro (deslocamentos, prisões e execuções arbitrárias, perseguição, delação e ameaças a pessoas supostamente envolvidas com a guerrilha)¹²⁶.

A partir desse momento, uma estreita e pouco disfarçada aliança entre paramilitares e forças de segurança do Estado se consolida em Medellín. Um ano após a controversa “Operação Orión” (em novembro de 2003), o governo de Medellín lança, em consonância com as diretrizes nacionais de negociação com as AUC, um plano de desmobilização paramilitar na cidade, que permanece até os dias de hoje (Cubides, 2006, p.58). Desde então, a cidade tem sido representada nos discursos políticos e na mídia como um modelo de política de segurança, onde os principais pilares são: redução dos índices de violência, diálogo e reinserção social dos paramilitares e ausência de confrontos armados. Algumas vezes que rompem o silêncio imposto pelo medo denunciam que mortes, desaparecimentos, violações sexuais e extorsões continuam a ser parte do cotidiano dos bairros de Medellín.

O Estado colombiano para resolver o problema da urbanização do conflito armado utiliza a mesma estratégia que vinha usando para conter o avanço do conflito no campo: cria fronteiras discursivas e práticas entre os espaços de modernidade e luxo, vendidos internacionalmente como reflexos do “progresso colombiano”, e os espaços de violência, que devem ser contidos pela força. O resultado não é diferente daquele vivenciado no campo: intensificação da violência e negação de condições sociais mínimas às populações expostas ao contexto de confronto armado. Dessa forma, a violência se autoriza mais uma

¹²⁵ Um dos maiores grupos que integram o processo de desmobilização paramilitar na Colômbia, em curso no marco da “Lei de Justiça e Paz”.

¹²⁶ Informações sobre o contexto de violência em Medellín recolhidas a partir dos relatórios produzidos pelo Instituto Popular de Capacitação (IPC) e do seminário de Granda Marín e Ramírez Adarve, de 2001, sobre o contexto geral da violência em Medellín.

vez no processo de construção de fronteiras. Por isso, cremos que um exercício fundamental na imaginação política colombiana seja o de problematizar as fronteiras sociais (sejam elas internacional/doméstico; masculino/feminino; branco/não branco; letrado/ignorante; liberal/conservador; elite/povo; campo/cidade; centros urbanos/periferia) que dividem os sujeitos colombianos em “guerreiros justos” e “almas belas”.

4.6. A internacionalização da “guerra justa” – submissão das “almas belas” colombianas aos interesses dos “guerreiros justos” internacionais:

A partir dos anos 1980 e, principalmente nos anos 1990, os discursos internacionais passam a identificar os grupos armados, indistintamente, como facções criminosas em busca de vantagens financeiras através da construção de uma cultura do medo. Essa mudança na percepção internacional sobre o conflito se deve a dois fatores que são constituídos como ameaças internacionais: o narcotráfico e o paramilitarismo. De fato, esses dois aspectos são decisivos para o modo de atuação das guerrilhas, em especial das FARC (Schlenker & Iturralde, 2006, p.47). A partir da década de 1980, a guerrilha busca o controle de regiões produtoras de coca, graças à facilidade de reversão dos recursos da droga, conhecidas como “zonas de colonização recente”¹²⁷. Tais regiões constituem os espaços críticos de mobilidade na Colômbia. São essas as áreas de entrada (fluxos migratórios à procura de trabalho) e saída (deslocamento forçado) das populações rurais em busca de oportunidades de sobrevivência econômica e fugindo da violência direta do conflito armado (Forero Álvarez, 2002, p.6). Nesses espaços, as FARC encontram uma grande população de jovens (homens e meninos, principalmente, mas também mulheres) com restritas possibilidades de educação e emprego, que são recrutados para comporem a guerrilha (Guizado, 2002, p.146). Da mesma forma, cobram um “imposto” dos pequenos produtores para defenderem as culturas das investidas dos paramilitares e do exército. As FARC justificam seu envolvimento com o negócio das drogas como uma inescapável estratégia de sobrevivência da

¹²⁷ “A coca e a amapola são culturas das novas frentes de colonização: a coca, da região amazônica e a amapola, do bosque alto andino. 78% da coca se cultiva na região amazônica e 44% de todas plantações estão hoje na região de Putumayo. O grosso da produção amapolera se concentra em Cauca, Huila e Tolima” (Forero Álvarez, 2002, p.17).

resistência camponesa diante da política do Estado colombiano (Posada, 1987, p.52). Ou seja, definem o tráfico como um problema social ligado à miséria camponesa e às múltiplas violências praticadas pelo Estado. Segundo a guerrilha, quando os produtores tiverem capacidade de produção e venda de produtos lícitos, as drogas perderão espaço no campo. Enquanto isso não ocorre, os líderes das FARC afirmam que continuarão a se utilizarem dos meios disponíveis na “guerra justa” contra o Estado.

O ELN nega ter acordos com os narcotraficantes, sustentando que suas fontes primárias de recursos são os “impostos” cobrados de empresas “transnacionais” e os seqüestros (Guizado, 2002, p.146). O grupo afirma ser perseguido pelo Estado, o que o impede de ter acesso a meios lícitos de financiamento. De fato, em termos de estratégia, o ELN difere das FARC por buscar controlar regiões ricas através pela exploração de atividades econômicas lícitas, como áreas de produção de petróleo e metais preciosos, onde também os recursos excedentes e jovens marginalizados estão disponíveis. Constroem-se como vítimas de um sistema político excludente que os obriga a recorrer a violências como seqüestro e extorsão para existir politicamente:

Consideran que no puede haber acumulación de grande cantidades de capital sin que haya explotación, es decir que la concentración de capital en una familia o en una persona significa la pobreza y miseria de otras, por tanto el dinero de los multimillonarios, latifundistas, ganaderos o industriales es un dinero que les pertenece legalmente pero no legítimamente. Despojarlos de parte de ese dinero para financiar su guerra de liberación es, según su concepción, una manera legítima de financiar la guerra (Castro, 2005, p.151).

A aproximação das FARC com o negócio das drogas favorece o seu fortalecimento militar. Todavia, a ofensiva guerrilheira a partir da década de 1980 deve ser entendida a partir de uma complexa combinação de fatores. O mais importante deles diz respeito ao tipo de relação que o Estado colombiano, em associação com os EUA, estabelece com os guerrilheiros. A “repetição” da história tem relação com uma cultura da violência que se reproduz a partir de cíclicas “guerras justas” em nome da realização da “alma bela” colombiana. Entretanto, essa cultura não determina a ação dos atores políticos, se estes através de suas escolhas não se conformam a ela. cremos que, em um contexto de violência continuada, a resposta mais fácil é a reprodução do militarismo. Todavia, não acreditamos que essa seja a única resposta possível. Portanto, destacamos a responsabilidade do Estado colombiano na intensificação da

violência das décadas de 1980 e 1990. Desde o *Bogotazo*, estopim do período de *La Violencia*, alguns analistas e políticos internacionais chamam atenção para o enfraquecimento do Estado colombiano e para a sua incapacidade de manter o controle sobre sua população (Mason, 2002, p.72). Durante a Guerra Fria, com pouca legitimidade nacional, os governos da Frente Nacional buscam respaldo internacional na leitura dicotômica do embate capitalismo/comunismo. Leitura esta que as guerrilhas também internalizam e reproduzem. Alinhado aos EUA, o Estado mantém imaculada sua imagem de espaço político soberano e democrático nos fóruns internacionais. Ao mesmo tempo, busca afirmar sua autoridade internamente pelo fortalecimento do aparato militar. De fato, às múltiplas violências ocorridas na Colômbia até a década de 1980 é dada muito pouca relevância internacional, pois tais fatos são absorvidos sem dificuldades pela lógica do conflito entre as duas superpotências.

A “internacionalização” da violência política na Colômbia se dá na década de 1980, quando os EUA definem o país andino como um espaço estratégico dentro do seu programa anti-drogas (Restrepo, 1991, p.28). A mudança da imagem da Colômbia nos discursos políticos norte-americanos (agora lida como o território do narcotráfico) é recebida pelo governo colombiano como um problema de legitimidade e sustentabilidade do sistema político, tendo em conta a alta dependência militar, econômica e política do país em relação aos EUA (Tokatlian, 1997, p.2). O histórico “aliado” militar e econômico, que vinha determinando as diretrizes da política colombiana durante o século XX, parece perder a confiança na capacidade das elites políticas colombianas de se acomodarem à sua nova agenda de segurança¹²⁸. Dessa forma, o governo colombiano assume a tarefa de se submeter às exigências norte-americanas, respondendo às condições impostas pelos EUA. Abre as portas para que os “fiscais da droga” (DEA – “Drugs Enforcement

¹²⁸ De acordo com Tokatlian (1998), a Colômbia já era o principal mercado fornecedor da droga consumida nos EUA. Todavia, a ingerência norte-americana na política de combate às drogas viria mais tarde. “Finalmente, a comienzos de los ochenta, Bogotá aún poseía cierto margen de maniobra en algunos aspectos de la lucha contra las drogas. La imagen externa del país aún no estaba totalmente narcotizada, el fenómeno de las drogas ilícitas en el plano mundial no tenía ni la dimensión ni la complejidad que adquirió años después, la Embajada de Estados Unidos en Colombia no operaba proconsularmente y Colombia era percibida en medio de la Guerra Fría como una aliada firme de Washington por su postura fuertemente anticomunista” (Tokatlian, 1998, p.45).

Department”)¹²⁹ norte-americanos possam “avaliar tecnicamente” o esforço de “cooperação” da Colômbia na luta anti-drogas (Restrepo, 1991, p.32). No período entre 1986 e 1994, o governo colombiano é reconhecido no ambiente político norte-americano como um “bom aliado” norte-americano no combate às drogas.

Nesse mesmo período, debates sobre a transformação das relações internacionais definem diferentes desafios para a “nova” ordem internacional. A partir do final da Guerra Fria, um “novo” conceito de segurança internacional amplia o escopo das ameaças à ordem internacional. Nesse contexto, o conflito armado colombiano passa a ser representado como um exemplo de “nova guerra”¹³⁰, demandando intervenção internacional. Essa representação tem dois lados (Rojas, 2006, p.87). Por um lado, permite visibilizar violências até então ignoradas pela maior parte dos atores internacionais. Isso significa reversões de programas internacionais para ajuda humanitária, para desenvolvimento social e econômico, para segurança e para áreas mais específicas, como igualdade de gênero e racial. Nos próximos capítulos, discutiremos como essa visibilidade internacional ajuda a organização e a mobilização do movimento de mulheres contra a guerra. Por outro lado, reforça a percepção de fragilidade do Estado colombiano, de espaço incapaz de realizar o ideal de civilização e, assim, de soberania em perigo (Mason, 2002, p.71).

Diante desse contexto, o Estado colombiano opta pela estratégia que vem realizando desde a sua formação: a internalização da intervenção internacional. Ou seja, cria mecanismos legais para que a intervenção internacional seja compatibilizada com o conceito jurídico de soberania, restabelecendo o seu status de república “modelo” nos espaços internacionais. Assim, o governo colombiano ratifica as leituras sobre si mesmo que se realizam nos espaços internacionais, em especial nos EUA, conformando-se em ser ator da “nova guerra”, nos termos definidos internacionalmente. Formaliza sua acomodação aos interesses norte-americanos através do estabelecimento de

¹²⁹ De acordo com Guáqueta, o DEA se instala na Colômbia o final da década de 1960 (2001, p.38). Todavia, na década de 1980 o órgão passa a ter uma ingerência muito maior na política colombiana anti-drogas, através da análise dos programas colombianos de combate às drogas.

¹³⁰ Conceito desenvolvido por Mary Kaldor para caracterizar os desafios à segurança internacional no pós Guerra Fria a partir de três traços distintivos: diluição da fronteira entre o nacional e o internacional; globalização da formas de expressão e manutenção da violência; e permeabilização das fronteiras entre crime comum e movimento político (Kaldor, 1999).

tratados bilaterais, em que mostra sua boa vontade em “cooperar” com os EUA. Não é à toa que, junto com a chegada dos “fiscais da droga” e da ajuda militar/policial oferecida pelo plano “Estratégia Andina” (plano de controle de drogas do governo de George Bush), viriam acordos de preferência comercial entre EUA e Colômbia, como o ATPA - *Andean Trade Preference Act* (Guáqueta, 2001, p.48).

A “nova agenda” de segurança internacional promete a resolução de antigos problemas por novos meios. Nesse contexto, a negociação com os grupos armados representa um dos elementos de legitimidade do governo democrático e pluralista. O discurso da “paz”, assim, entra no jogo da “guerra” como uma possibilidade de “racionalizar” os instrumentos de realização do poder político. As elites políticas da década de 1990 articulam sua agenda a processos de negociação com os grupos guerrilheiros, dentro da lógica de adaptação às novas regras democráticas defendidas nos espaços internacionais (Rojas, 2006, p.87). Desde 1994, quando o liberal Samper¹³¹ assume o poder, o governo abre negociações com o ELN, que culminam com a criação de uma zona de convivência em Magdalena Médio, um dos principais focos do conflito (Vidal, 2002, p.70). Para as eleições de 1998, o candidato liberal Horacio Serpa afirma que daria continuidade ao processo de negociação com o ELN, propondo uma “Convenção Nacional para a Paz”. Por outro lado, o candidato conservador, Andrés Pastrana, inclui como uma de suas promessas de campanha a abertura do diálogo com as FARC. A vitória do candidato conservador tem o efeito simbólico de fechar as portas do diálogo com o ELN¹³², privilegiando a relação com as FARC. Durante o governo Pastrana, é criada a zona desmilitarizada, em que se prevê a desmobilização militar das FARC e uma redução da ofensiva militar governamental. Ao mesmo tempo, Pastrana tenta responder às pressões norte-americanas sobre a relação entre narcotráfico e guerrilhas (Rojas Rivera, 2002, p. 104).

Nesse jogo duplo proposto por Pastrana, o processo de negociação se dilui muito rapidamente. As FARC percebem a superveniência do presidente

¹³¹ Político acusado de envolvimento com o narcotráfico pelos EUA, o que levaria a Colômbia a ser decertificada pelos “fiscais da droga norte-americanos” em 1996 e 1997 (Tokatlian, 1997 p.6-7).

¹³² O ELN viria a praticar uma série de ataques contra a população civil como represália contra o privilégio às FARC.

aos interesses mais imediatos dos EUA e utilizam a negociação como um movimento estratégico para se fortalecer militarmente. Assim, as negociações fracassam por uma série de acusações mútuas que se referem à quebra dos pactos realizados. As negociações de “paz” entre governos e guerrilhas consolidam o uso do discurso da paz como fundamento do fortalecimento da guerra como resposta aos conflitos políticos. Os “guerreiros justos”, que agora buscam se diferenciar uns dos outros a partir dos meios que utilizam na sua luta, manipulam as possibilidades de diálogo entre diferentes na Colômbia a partir da necessidade de manter suas posições de poder. Ganhar uma eleição, controlar militarmente mais um território estratégico, ser convidado a tornar-se membro temporário do Conselho de Segurança da ONU, partir para Cuba deixando as bases do movimento em condições precárias de resistência e assinar um acordo de reversão de muitos milhões de dólares para reforçar os mecanismos de guerra são algumas das recompensas do poder que os “guerreiros justos” recolhem dos projetos de “paz” falidos. Dessa forma, cremos que tão importante quanto questionar o discurso da guerra usado pelos atores políticos que concentram poder, é problematizar o conceito de paz que surge das retóricas políticas atuais na Colômbia.

Assim, o contexto para a implementação do “Plano Colômbia” é sedimentado pela falência do processo de negociação, permitindo a identificação pelo governo colombiano de um novo inimigo, que combina guerrilheiros e narcotraficantes. O conceito de narco-guerrilha e a inevitabilidade do confronto violento como estratégia de segurança constituem os pontos centrais do “Plano Colômbia”, aprovado pelo Congresso norte-americano em 2000, que prevê ajuda direta norte-americana de 860,3 milhões de dólares ao governo colombiano no combate ao narcotráfico (Rojas, 2006, p.88). Do total do pacote, cerca de aproximadamente 80% dos recursos são destinados ao fortalecimento da capacidade repressiva dos militares e da polícia colombiana (Tokatlian, 2002, p.138).

A chegada de Álvaro Uribe Vélez ao poder, em 2002, reforça a superveniência colombiana aos interesses norte-americanos e consolida a política de repressão e intensificação da violência contra as FARC¹³³. Em seu

¹³³ Aqui nos referimos especialmente ao “Plano Patriota”, que representa uma nova etapa do apoio financeiro e logístico dos EUA no combate às guerrilhas. “Se calcula que los recursos

discurso de posse, Uribe despolitiza os grupos guerrilheiros e afirma que na Colômbia não há conflito político, mas grupos terroristas que ameaçam a ordem democrática (Mesa de Trabajo Mujer y Conflicto Armado, 2004, p.10). Negar agência política aos grupos guerrilheiros, retórica não usada desde a década de 1980 pelos governos colombianos, permite à administração Uribe harmonizar sua política militarista e violenta ao discurso de segurança pós Guerra Fria (centrado na necessidade de promover a paz prioritariamente pela negociação, reinserção e reconciliação). A guerra na Colômbia, no discurso de Uribe, não é um conflito político, mas a resistência heróica de um país democrático e pacífico contra grupos terroristas. Tal discurso está em consonância com o discurso norte-americano acerca da “guerra contra o terror”. A principal plataforma política de Álvaro Uribe é o programa conhecido como “Política de Defesa e Segurança Democrática”¹³⁴. A associação entre guerrilheiros e terroristas torna a Colômbia a principal referência de insegurança na América Latina para os EUA, que inclui três grupos colombianos (AUC, ELN e FARC) na sua lista de organizações terroristas (Tokatlian, 2002, p.153). “Deste modo, depois do 11 de setembro, passa-se da ‘ameaça’ que representam as drogas para os cidadãos norte-americanos, como argumento principal para sustentar a ajuda, para a ênfase na ‘ameaça’ dos grupos terroristas colombianos contra cidadãos e interesses norte-americanos” (Rojas Rivera, 2002, p.108). Assim, o contexto internacional pós 11 de setembro favorece a renovação do contrato entre os “guerreiros justos” (Estado colombiano e “cruzada” internacional contra o terrorismo) e as “almas belas” (cidadãos, democracia e segurança internacional).

4.7. Caminhos entre o lugar do “guerreiro justo” e a posição da “alma bela”:

norte-americanos para este plan superan los 100 millones de dólares en entrenamiento, armas, repuestos, inteligencia, transporte, equipos de comunicación, entre otros” (Rojas, 2006, p.95).

¹³⁴ A política de segurança democrática proposta pelo governo Uribe consolida: o desconhecimento da responsabilidade do Estado na dinâmica do conflito armado, tomando-o como uma mera vítima de grupos terroristas; a utilização de todos os meios, inclusive a suspensão dos direitos humanos individuais e coletivos em nome do combate ao terrorismo; privilégio financeiro, jurídico e institucional ao fortalecimento da capacidade militar; condicionamento da autoridade política ao uso da força; imposição da colaboração de todos os cidadãos com a política do governo, sob pena de perseguição política e exclusão de direitos (Mesa de Trabajo Mujer y Conflicto Armado, 2004, p.10-11).

Apesar das constantes violências a que estão expostos todos os que se organizam e denunciam a reprodução da violência nas políticas de segurança colombiana, a resistência política não violenta renova as possibilidades de transformação social na Colômbia. Para muitos colombianos e colombianas, denunciar, organizar-se e protestar são necessidades e não escolhas. Em um contexto de vulnerabilidade em que o mito da proteção não se realiza, elaborar coletivamente as violências vivenciadas e pensar estratégias de auto-proteção é um movimento essencial. Nesse capítulo, destacamos principalmente memórias de violência, que perpassam a história colombiana. Para nós, resgatar essa memória significa pontuar os discursos e as práticas que se repetem ao longo da história política colombiana, especificamente os mitos da proteção e do poder, que consolidam a percepção de inevitabilidade da destruição da diferença. O objetivo desse exercício é problematizar os silêncios das narrativas e ações políticas hegemônicas, que não incluem uma cultura de diálogo, de negociação e de respeito à pluralidade. Para nós, essa cultura da paz¹³⁵ (a redefinição de significados e contratos sociais históricos, em especial nas dimensões de gênero, raça e nação) não necessita ser inventada. Não tratamos paz como antítese de guerra, mas como uma possibilidade de construção política, que integrando as relações sociais na Colômbia, é sistematicamente marginalizada nas escolhas dos diversos grupos políticos armados. Não acreditamos que isso se deva à natureza violenta dos colombianos e das colombianas. Pensamos que esse processo seja resultado do conhecimento construído acerca da identidade política colombiana que, pela intensificação dos meios violentos usados para realizá-la, é tomada como um fato natural, um destino inescapável. Portanto, cremos no potencial emancipatório dos movimentos e das organizações que buscam transformar e questionar os significados sociais dominantes. Resgatar também a memória de resistência não violenta e solidariedade se constitui em um movimento imprescindível na direção de perceber os caminhos para transformação da cultura da violência.

A partir da década de 1970, ganha força um movimento nacional de reconhecimento dos direitos das mulheres. O discurso revolucionário de igualdade, as conquistas políticas (principalmente o sufrágio em 1954), o

¹³⁵ Entendida como uma expressão de agência política crítica e não como conformismo e silêncio.

ingresso no mercado de trabalho¹³⁶, os intensos processos migratórios do campo para as cidades, o acesso à educação formal (inclusive universitária, o que fomenta as produções acadêmicas sobre mulheres e participação política), as conquistas internacionais (CEDAW, por exemplo) favorecem a organização das mulheres, que passam a se perceber como um movimento independente das lógicas políticas tradicionais na Colômbia (Thomas, 1996). Feministas levam ao espaço público debates sobre a necessidade de garantir às mulheres o direito de decidirem sobre o próprio corpo (Sánchez G., 2006, p.50). Em um espaço em que os corpos humanos são recorrentemente utilizados como instrumentos de guerra, o discurso feminista em torno da autodeterminação de todos os sujeitos sociais sobre seus corpos é questionador da concepção hegemônica de poder. Inicialmente as demandas feministas ficam muito restritas a conquistas de direitos individuais, elaborados em termos de autonomia em relação a todas as instituições de poder que impedem as mulheres de serem sujeitos sociais plenos (Sánchez G., 2006, p.51). A partir dos anos 1980 e mais fortemente nos anos 1990, as mulheres, enquanto movimento, buscam problematizar as diferenças entre as mulheres e apontar a diversidade do que se concebe por feminismo. Da mesma forma, nesse período, há uma aproximação entre os grupos de mulheres e outros movimentos sociais, buscando através da perspectiva específica do feminismo contribuir para identificar e superar relações de poder em diferentes espaços sociais:

En los ochenta se perfilarán más claramente las discusiones y las contradicciones entre la política que parte de sí y la política de representación y participación en los espacios de poder patriarcal. En la política que parte de sí la palabra de las mujeres es el pilar del intercambio entre ellas, palabra que no dice sólo de la experiencia y la subjetividad, sino que permite mediar entre subjetividad y contexto, entre sí y el otro sí. La palabra se constituye en el pilar de ese doble movimiento entre dentro y afuera, entre lo privado y lo público, punto cardinal en la política feminista. La política de representación y participación está en consonancia con el sujeto individual y colectivo, y con el cómo y el por qué de la posición de las mujeres en la sociedad y en la cultura, pero se ancla en una representación 'genérica' de las mujeres que no contribuye a la articulación de la singularidad y del intercambio. Las discusiones y contradicciones entre la política de sí y la política de representación aun siguen presentes en el movimiento feminista y en el movimiento de mujeres (Sánchez G., 2006, p.54-55).

¹³⁶ É importante destacar que estas conquistas refletem as experiências das mulheres de classe média, urbanas e educadas, mas permitem a organização de um movimento que pretende questionar fronteiras simbólicas que limitam as experiências das mulheres colombianas em diferentes espaços e contextos.

A tensão entre o projeto de se incluir no espaço político colombiano (se fazer representar nos espaços em que se expressam o poder político) ou de guardar a autonomia das mulheres frente às instituições sociais dominantes (desconstruindo as bases do poder político na Colômbia) é constitutiva do movimento de mulheres pela paz na Colômbia que estudaremos nos próximos capítulos. Por ora, queremos chamar atenção para as implicações políticas da construção das mulheres como movimento político. Paradoxalmente, a ruptura com o discurso de vulnerabilidade essencial, através da formação de coletivos políticos que questionam os fundamentos sociais colombianos, torna as mulheres ainda mais vulneráveis aos efeitos violência armada (Meertens, 2000, p.374-375). A ruptura do estereótipo de alienadas politicamente faz com que elas sejam percebidas como ameaças diretas aos interesses dos grupos armados e não apenas como reprodutoras do “inimigo”. Pela politização das mulheres, a identidade feminina dominante (reprodutora e desprotegida) se faz menos decisiva do que a não subordinação à autoridade e às práticas dos grupos armados. Dentro da lógica da violência prevalente na Colômbia, toda voz divergente e crítica é um corpo inimigo e um lugar legítimo da violência. Não é à toa que a partir das décadas de 1980 e 1990, as agressões, ameaças e desaparecimentos contra lideranças femininas se tornam sistemáticas.

No campo, as violências resultantes do confronto entre os grupos armados forçam o deslocamento das mulheres para as cidades. Nas cidades, espaço de “proteção”, a masculinidade violenta pela qual a identidade dos homens violentos e racionais é constituída pressupõe uma relação com modelos específicos de feminilidade, subalternas. Conforme afirma Castaño (2006), no contexto de guerra colombiana, a moeda de troca das mulheres pelo reconhecimento e pela visibilidade social é o seu corpo jovem, desejado e dominado pelos que exercem o poder nesses contextos¹³⁷. São concebidas como “objetos” de luxo indispensáveis à afirmação do poder masculino. Assim, o corpo da mulher é percebido como um símbolo e um instrumento de poder, pelo qual a identidade masculina se realiza. Ter seu corpo submetido a um ator armado potencializa a violência do “outro” masculino inimigo. Aquelas mulheres que se supõem terem envolvimento com membros de grupos

¹³⁷ “Almas e corpos belos” que justificam a existência de “guerreiros justos”.

armados, ficam expostas a violências sexuais por parte dos grupos rivais em conflito.

Os homens armados, cuja identidade se constrói pelo exercício da violência, quando não encontram pares masculinos armados, violentam as famílias, amigos e principalmente as figuras femininas ligadas a quem desejam atingir (mulheres, namoradas, irmãs e mães). As violências sexuais perpetradas pelo “inimigo” representam as mulheres como arma de guerra e deixam marcas, físicas e psicológicas, muito difíceis de serem superadas. Entretanto, são as violências praticadas por aqueles mais próximos e com quem estabelecem fortes laços afetivos que, em tempos de paz, guerra ou pós-guerra, impedem as mulheres de exercerem plenamente seus direitos sexuais e reprodutivos. Ainda dentro da lógica de que o corpo da mulher é território de manifestação dos desejos e valores masculinos, as mulheres são as principais vítimas de violência doméstica¹³⁸. Nesse contexto, a organização política das mulheres é um ato de resistência capaz de desestabilizar as relações entre masculinidade e feminilidade que constituem historicamente a violência na Colômbia.

Apresentamos nos dois próximos capítulos as experiências de mulheres organizadas pela paz (um movimento que se intensifica a partir da década de 1990) simultaneamente como uma estratégia de visibilização dos impactos do conflito armado na vida das mulheres, de pressão política para inclusão das demandas das mulheres nas políticas de segurança e de questionamento dos fundamentos simbólicos e estruturais da violência política. Nosso foco nas experiências das mulheres não significa que tomamos essas como sujeitas essenciais da paz. Entendemos que não há nenhum aspecto natural que torne as mulheres mais próximas da construção da paz do que os homens. Analisar o tipo de incidência das mulheres organizadas, para nós, representa a possibilidade de apresentar e discutir as construções sociais que identificam o poder com um modelo específico de masculinidade militarizada e racionalista; de pensar a construção da paz a partir de discursos e práticas marginalizadas pelas construções dominantes sobre identidade política e ressaltar as possibilidades e limitações de superação da violência nas relações cotidianas. Ou seja, não pretendemos construir um contexto ideal em que as organizações

¹³⁸ Entendida como um contexto de violência menos importante diante da seriedade e gravidade da guerra entre masculinos armados.

de mulheres se constituem em oposição aos demais grupos políticos que atuam na Colômbia. Porém, destacar que a memória que está sendo construída pela ação dessas mulheres organizadas é uma contribuição para representar uma Colômbia que seja território de criação e convivência entre pessoas que pretendem escrever suas histórias para além da sobreposição de uns sobre outros.

As organizações de mulheres que destacaremos nos próximos capítulos (a “Ruta Pacífica de Mujeres”, a “Iniciativa de Mujeres por la Paz” e a “Mesa de Trabajo Mujer y Conflicto Armado”) são instituições colombianas que refletem as contradições e as dificuldades de não repetir os erros do passado e de criar alternativas para um futuro menos violento e injusto. Ou seja, não há nada nessas mulheres que as torne melhores que quaisquer outros grupos políticos colombianos. Apenas cremos que elas têm algo importante a dizer e que não raramente sua voz é calada pela dominação forçada de seus corpos e pela socialização que lhes nega acesso a algumas experiências. Embora formalmente o século XX tenha trazido muitas mudanças significativas no reconhecimento da cidadania feminina, essa mudança jurídica ainda não se reflete na presença das mulheres em cargos de tomada de decisão (Obregón, jan./mar., 2005, p.51). Tal fato se deve primordialmente a duas idéias constitutivas do espaço político colombiano: 1) a concepção de poder centrada na competição, na supremacia física e na dominação e 2) a legitimação do exercício desse poder pela construção de uma essencial e permanente vulnerabilidade feminina. Essas idéias continuam a ser assumidas como traços naturais do espaço político colombiano o que torna a inclusão das mulheres nesse modelo político uma via de muitos obstáculos. Não ocasionalmente, a maior parte das mulheres que acedem a altos cargos na Colômbia, como ministérios, são mulheres com formação educacional equivalente aos homens colombianos (egressas de grandes universidades norte-americanas, na sua maioria) e provenientes de famílias de prestígio político e com relações estreitas com o mundo da “alta política” (Obregón, jan./mar. 2005, p.53). Para a maioria das mulheres colombianas, sem relações familiares que as favorecem e lutando para escapar dos efeitos da violência nas suas vidas, o caminho a percorrer é ainda muito longo.

“La ruta de una mujer profesional con acceso a conexiones y respaldo en el trabajo doméstico de otra mujer no es asimilable al camino que siguen las líderes comunitarias en su esfuerzo por abrirse paso en el ámbito de la política local. Las primeras no tienen que asumir el peso de la triple jornada del trabajo, mientras las segundas no la pueden eludir” (Obregón, jan./mar.2005, p.56).

Embora as políticas de segurança na Colômbia venham sistematicamente reforçando a militarização da vida civil e a repressão ao contraditório, a capacidade de organização da sociedade colombiana contra a guerra é cada vez maior. Um dos efeitos perversos da violência é a desmobilização e o isolamento. Dessa forma, muitas pessoas expostas à violência desenvolvem estratégias de auto-proteção através do silêncio ou da cooperação com os atores armados com o objetivo de não se tornarem a próxima vítima. Todavia, muitos colombianos e colombianas têm preferido o caminho da resistência, não se calando diante da cultura da violência que perpassa as suas vidas e construindo mecanismos de contra-poder pela força coletiva da contestação não violenta¹³⁹. Reconhecendo as expressões do movimento político contra a guerra na Colômbia como um espaço diverso e criativo, construído a partir de diferentes fundamentos políticos, filosóficos e sociais, deslocamos nosso foco para a proposta das mulheres organizadas, com o objetivo de contribuir para a sistematização, compreensão e desenvolvimento desses lugares de paz dentro da guerra colombiana. Ressaltamos o qualitativo trabalho de reconstrução social realizado por essas organizações de mulheres, através da problematização dos mitos, símbolos e valores que constituem a militarização da vida civil. Do mesmo modo, analisamos as relações que essas organizações estabelecem com as instituições e significados internacionais, apontando diferentes possibilidades de interação entre local e internacional que

¹³⁹ Gostaríamos aqui de destacar as diferentes experiências de resistência não violenta ao conflito amado que têm sido desenvolvidas na Colômbia. Em especial, as comunidades de paz, enquanto espaços permeados pelo confronto entre paramilitares, exército e guerrilhas que, rompendo a superveniência da população frente aos atores armados, declara neutralidade e vontade de não colaboração com nenhum ator armado, inclusive com o Estado colombiano (Uribe, 2002, p.233). “A opção pela política implica a proposta de um projeto alternativo fundador, de um pacto ‘entre iguais’ para recriar regras de convivência social, para instituir uma ordem diferente das que tinham vindo gravitar sobre as suas vidas e para recuperar a soberania individual; trata-se, pois, de opor a política à guerra, de inverter a dinâmica do conflito e de optar pela convivência social” (Uribe, 2002, p.244-245). A experiência mais conhecida entre as comunidades de paz é San José de Apartado, na região de Urabá, espaço que vem sendo alvo constante de ataques dos grupos armados, em especial dos paramilitares, durante a década de 1990 e 2000. Apesar das constantes violências, a comunidade permanece firme e seu modelo tem inspirado outros espaços na Colômbia e em outros países.

não se traduza necessariamente em dominação. Pela voz e pelo conhecimento do trabalho do movimento de mulheres pela paz pretendemos compartilhar pensamentos e práticas que podem inspirar a todos nós, moldados cotidianamente por uma cultura da violência, a ver um pouco além da “realidade” que nos condena a repetir a história.